



Número: 5

Horta, Segunda-Feira, 15 de Dezembro de 1980

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

I Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados José Cabral e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.15 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, e após o Sr. Presidente ter dado conhecimento do expediente à Assembleia, intervieram, para tratar de assuntos de interesse relevante para a Região, os Srs. Deputados: Mário Silveira (*PSD*), José Manuel Bettencourt (*PS*), Álvaro Dâmaso (*PSD*) e António Bettencourt Silveira (*PSD*).

No **Período da Ordem do Dia** foi lido o parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação declarando verificados os poderes dos cidadãos eleitos: Cinelândia Cogumbreiro e Sousa e José Miguel Tavares, do *PSD* e Carlos Manuel Martins do Vale César, do *PS*.

Em seguida, foi apreciada a proposta de resolução apresentada pela Mesa, relativa ao Orçamento da Assembleia para 1981, tendo sido aprovado por maioria, com declaração de voto por parte do *PS*.

Por fim, deu-se continuidade à discussão das propostas do Plano e Orçamento para 1981. Usaram da Palavra os Srs.: Presidente do Governo Regional *Mota Amaral*, Secretário Regional da Administração Pública *Melo Alves*, Secretário Regional da Educação e Cultura *Reis Leite*, Secretária Regional dos Assuntos Sociais *Fátima Oliveira*, Secretário Regional da Agricultura e Pescas *Adolfo Lima*, Secretário Regional do Comércio e Indústria *Américo Viveiros*, Secretário Regional dos Transportes e Turismo *Madruga da Costa*, Secretário Regional do Equipamento Social *João Bernardo Rodrigues*, Sub-Secretário Regional do Planeamento e Integração Europeia *Nunes Liberato* e os Srs. Deputados: Conceição Bettencourt (*PS*), Fernando Dutra (*PSD*), Emílio Porto (*PS*), Altino de Melo (*PSD*) e Jesuíno Facha (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 15.15 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** – Adelaide Teles, António Amaral, Álvaro Dâmaso, Álvaro Monjardino, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, Costa Neves, David Santos, Emanuel Carreiro, Fernando Dutra, Fernando Faria, Frederico Maciel, João Medeiros, José Altino de Melo, José Bettencourt Silveira, José Cabral, José Rodrigues, Joaquim Pontes, Jorge Cruz, Manuel Melo, Mário Silveira, Manuel Valadão, Pacheco de Almeida; **PS** – António Fraga, Avelino Rodrigues, Conceição Bettencourt, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Emílio

Porto, João Jorge Lima, José Manuel Bettencourt, Jesuíno Facha, Martins Goulart, Roberto Amaral; **CDS** – Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 34 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de Antes da Ordem do Dia. Correspondência:

O Sr. Deputado Daniel de Sá, em complemento do seu pedido de suspensão por necessidade profissional inadiável, esclareceu que a mesma se deve a razões de interesse público que explicitou, e bem assim que tal necessidade se deverá manter até 1/12/81. Em vista do disposto foi decidido nos termos do artigo 16º do Estatuto dos Deputados considerar

suspensão o mandato do Sr. Deputado, o que dá lugar à sua substituição.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista indicou para substituir o Sr. Deputado Daniel de Sá, o Sr. Carlos Manuel Martins do Vale César. O facto foi também levado ao conhecimento da Comissão de Organização e Legislação encarregada de verificar os poderes dos outros dois Deputados que pretendiam entrar em substituição dos dois Deputados do PSD que também haviam pedido para ser suspensão o seu mandato, de maneira que já é possível hoje conforme veremos no Período da Ordem do Dia: apreciar o relatório da Comissão de Organização e Legislação que assim verificou já os poderes destes três Srs. Deputados. Tenho aqui presente o respectivo parecer.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco pede-nos que remetamos o Diário da Assembleia Regional. É um assunto que não pode ser resolvido com a aparente facilidade que parece resultar destas cartas visto que a distribuição dos Diários da Assembleia Regional obedece a determinadas normas que esta Assembleia aprovou e que estão em vigor. Ser-lhe-á, portanto, comunicado o condicionalismo dentro do qual o Diário lhe poderá ser remetido.

Um requerimento dos Srs. Deputados António Frederico Correia Maciel e António Silveira do Grupo Parlamentar do PSD:

(Foi lido)

Dos mesmos Srs. Deputados outro requerimento:

(Foi lido)

Um requerimento do Sr. Deputado António Frederico Correia Maciel:

(Foi lido)

Temos mais três requerimentos dos mesmos Srs. Deputados António Frederico Correia Maciel e António Silveira:

(Foram lidos)

Está em cima da mesa dos Srs. Deputados uma proposta de Resolução subscrita pelo Presidente da Assembleia, com o Orçamento da Assembleia Regional dos Açores. A aprovação deste orçamento é imposta pelo artigo 19º do Decreto-Regional 26/80/A de 18 de Setembro deste ano, e logicamente deverá preceder a eventual aprovação do Orçamento da Região. Por esse motivo, conforme adiante será explicado, a nossa Ordem do Dia para hoje sofrerá uma alteração no sentido de se proceder à discussão e votação deste orçamento antes de retomarmos os trabalhos de apreciação do Orçamento e do Plano Regionais. Terminada esta parte da Ordem do Dia, passaremos às intervenções sobre matéria de interesse regional.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Silveira.

Deputado Mário Silveira (PSD). Sr. Presidente Srs. Deputados: Falo num assunto que prometi a mim mesmo defender intransigentemente: o abastecimento de cereais à Ilha do Pico e a maneira como ele é feito deveras degradante, não contribuindo em nada para o progresso a que todos os picarotos aspiram.

Sendo o Pico a segunda ilha em extensão e a terceira em população, não é fácil para quem sente responsabilidades políticas, aceitar de bom grado o que se passa com o transporte de MILHO, sobretudo no Inverno e ver a ansiedade daquela gente.

O milho que vai em barcos de cabotagem de boca aberta, é depositado em sacos sobre o cais da Horta, acontecendo que por vezes não tem transporte imediato, ficando sujeito aos prejuízos inerentes às condições climatéricas, com a agravante do mar se revoltar e não se efectuar já o transporte nesse dia, correndo todos os riscos já apontados, mais aqueles que podem advir por toda essa situação.

Sabemos que o Governo Regional, estando atento a essas deficiências já há bastante tempo vem diligenciando, na construção de armazéns na fronteira, a partir dos quais seria feito o abastecimento a toda a ilha do referido cereal. Além disso, também sabemos que a EPAC tem em mente a construção de silos no Pico, para o mesmo fim. O meu apelo nesta Assembleia é para que, as entidades inteívenientes, no assunto diligenciem para que os referidos armazéns sejam construídos o mais rapidamente possível a fim de que, o cereal em questão possa ser transportado para o Pico, ainda que nos mesmos barcos mas na época do bom tempo, constituindo-se no Pico um stock mínimo indispensável ao abastecimento daquele povo, sem atropelos e sem a ansiedade que se verifica neste momento.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS). Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não trago nenhuma intervenção escrita, o que quer dizer que como sempre, mas mais do que nunca, falo com o coração nas mãos.

A Autonomia Regional é algo que tem que ser preservado, consolidado e acarinhado. Mais que nunca tem de ser uma forma real de vivência entre todos os que habitam no seu âmbito representados por órgãos próprios, constitucionais e estatutariamente legitimados. Entre esses órgãos existe, de forma claramente expressa a Assembleia Regional dos Açores. É sobre esse tema que subi a esta tribuna para usar da palavra que, como dizem os franceses, com «franq parler» que podendo não ser agradável a todos os ouvidos é, no entanto, sincero, e tem por preocupação fundamental pôr nos seus devidos lugares as coisas que têm que estar certas e devidamente enquadradas.

A Assembleia Regional dos Açores é por si própria legalmente um órgão regional, um órgão de Governo que tem e deve ser prestigiado. Não bastam aos Deputados Regionais receberem de vez em quando um seco telegrama a convocá-los para a cidade da Horta. É necessário que se tenha em atenção e que se dê as condições necessárias e fundamentais para que essa deslocação se possa efectuar. Caso contrário, a Autonomia e a Assembleia Regional dos Açores, será, quanto muito uma pintura para justificar uma situação constitucional, estatutária e democrática, mas que esconde nos seus bastidores problemas e dificuldades concretas como sejam aquelas que possam atingir, em menor ou maior grau, individualmente, aqueles que foram mandatados pelo povo para que sejam deles representantes nesta Assembleia Regional.

Refiro-me concretamente à disponibilidade, a possibilidade que possa permitir aos Deputados Regionais para cumprirem com rigor a função e a missão para as quais foram mandatados.

Criaram-se ao longo de 4 anos situações que foram sendo ultrapassadas individualmente por cada Deputado Regional consoante as suas possibilidades financeiras. Os que têm mais dinheiro ou mais hipóteses de ganhar dinheiro, pois deslocam-se para a Ilha do Faial com maior facilidade. Os outros têm muitas vezes e tiveram muitas vezes que fazer sacrifícios à sua própria vida, sacrificando muitas vezes o seu próprio agregado familiar para se poderem deslocar à Assembleia Regional dos Açores.

Está estabelecido legalmente de que essas deslocações serão suportadas pelo pagamento de ajudas de custo. É fundamental, é necessário de que essa retribuição se faça o mais breve possível, o mais rapidamente possível e não se continue a verificar situações como se tem verificado muitas das vezes que os Deputados a esta Assembleia Regional têm que desembolsar de verbas que estariam, em princípio, atribuídas à manutenção do seu agregado familiar, e passam um mês, dois meses, se calhar três meses, para verem repostas essas despesas que muitas vezes têm que fazer. É uma chamada que pretendi fazer e lançar à Presidência desta Assembleia Regional, para que em vez de poder concentrar a sua atenção em fantasmas que não existem, exteriores à vida concreta desta Assembleia, mãos criminosas de boicotes que comprovadamente não existiram, possam ter em atenção aspectos mais concretos que dizem respeito à possibilidade de existência desta Assembleia Regional.

Por um lado a situação do Deputado que tem que encontrar as condições necessárias para poder cumprir com a sua missão, por outro lado, a forma de funcionamento burocrático e administrativo desta própria Assembleia Regional.

É para dentro dela que temos que olhar em primeiro lugar porque se ela encontra dificuldades para a sua existência e para o seu funcionamento, alguma coisa vai correr mal na Autonomia Regional e esta Assembleia não será mais, nessa medida, do que uma pintura abstracta, uma pintura para fazer crer que existe movimento, que existe matéria, mas que ao fim e ao cabo não passa daquilo que é: uma pintura abstracta.

É preciso que se crie dignidade para que as coisas existam na prática, no dia a dia e não somente no papel, naquelas coisas que se escrevem. É preciso que se tenha em atenção que a Autonomia não é qualquer coisa que é reivindicada como uma forma de luta, mas como uma coisa que existe e tem uma forma de ser, que a Autonomia é fundamentalmente constituída pelos homens, por aqueles que trabalham nas diversas funções em que existe.

Digo-vos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com toda a sinceridade que por vezes me dá impressão que esta Autonomia não tem dificuldades.

Ouçõ na Comunicação Social de que os membros do Governo Regional se deslocam ou se deslocaram, aqui, além e acolá. Não sei concretamente onde se encontrou o suporte financeiro, antecipado ou não, se tiveram que desembolsar ou não do próprio dinheiro para suporte dessas deslocações.

O Sr. Presidente da Assembleia Regional várias vezes se tem deslocado ao estrangeiro em representação da Assembleia Regional. Não sei concretamente se teve que desembolsar do seu dinheiro, ou se, antecipadamente recebeu o

dinheiro suficiente para o suporte dessas deslocações.

Sei que no caso pessoal e no caso de alguns Deputados que tenho conhecimento concreto (não sei se todos) existem Deputados que neste momento têm dívidas para estadia de permanência e alojamento ainda em relação à última sessão desta Assembleia Regional, porque ainda não receberam as ajudas de custo do tempo que aqui permaneceram. Esta Assembleia Regional aprovou um Decreto-Regional para a criação, para a definição dos Serviços da Assembleia Regional que criou os respectivos quadros. No entanto, a aplicação prática desse Decreto-Regional ainda não se verificou. Funcionários desta Assembleia Regional e não estou aqui a fazer demagogia, estou a dizer a verdade, que desde o início têm dado o máximo do seu esforço e do seu sacrifício para o andamento desta Assembleia Regional, continuam em passo de tartaruga, se não muitas vezes de caranguejo, enquanto que outros muito posteriormente galgaram em salto de canguru para posições que senão cimeiras pelo menos muito próximos de posições cimeiras.

É, portanto, uma situação que aqui quero alertar. Que não é cómoda certamente para algumas pessoas mas que tem que ser levantada porque ela é do interesse da Assembleia Regional.

Há que dar condições concretas e reais, não só a um dos órgãos da Autonomia Regional, mas a todos os órgãos da Autonomia Regional. É necessário que se encontrem situações, é necessário que encontrem condições para que esta Assembleia Regional possa reunir, não secamente através de simples telegramas de convocatória, mas que dê condições para que os Deputados possam andar de cabeça levantada e erguida, não só dentro desta sala mas também fora desta sala onde se tem que dormir e comer. É preciso que estas situações sejam criadas, que sejam atentamente olhadas porque senão a Autonomia será, desculpem Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma fantochada, será qualquer coisa para encobrir intenções que não são colectivas, muito menos do povo desta Região, poderão servir para tampolim de outras intenções na base de ambições políticas e partidárias mas não será a autonomia que o povo desta Região votou e que é necessário consolidar, que é necessário concretizar para que a Autonomia seja qualquer coisa que os Açorianos, aqueles que aqui vivem por nascimento ou por opção de residência, para que se possam orgulhar da Região onde vivem, onde possam viver com dignidade, e aí os Deputados Regionais têm uma função fundamental que é a de serem representantes com dignidade daqueles que os mandataram para esta função parlamentar que deve ser garantida, deve ser prosseguida com condições fundamentais para que a Região Autónoma dos Açores não seja somente algo que consta da Constituição, algo que consta do Estatuto, mas que seja de facto vivido o dia a dia.

Se assim não for, se quisermos entender estas coisas para televisão filmar, para a RDP transmitir, para os jornais falarem consoante as suas preferências e simpatias, estaremos no fundo a enganar a população que sinceramente acreditou que a Autonomia era uma forma de se poder avançar, progredir e melhorar as suas condições de vida.

Presidente: As palavras do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt colocam-me na situação de ter que fazer algu-

mas referências, uma vez que fui directamente visado por elas em circunstâncias particularmente agudas. Procurarei fazê-lo com toda a objectividade e talvez até esta seja a oportunidade de tornar pública certas coisas que eu não tencionava tornar públicas por não serem próprias do meu feitio e não gostar de fazer qualquer espécie de propaganda de um ou outro acto que porventura pratique ou tenha praticado.

Houve referência a uma atitude que eu tomei não na qualidade de Presidente da Assembleia Regional, mas na qualidade de que me honro de ter sido mandatário de um candidato à Presidência da República quando fui entrevistado pela televisão. Essa atitude tomei-a no exercício dessa função e como cidadão responsável que julgo ser, e interpretando o sentir de muitas pessoas que a seguir à morte do Primeiro Ministro levantaram a legitimíssima dúvida de essa morte ter sido consequência de um eventual acto de sabotagem. Outra coisa não se justifica, a realização de um inquérito que se afirmou rigoroso sobre as circunstâncias dessa mesma morte.

Consequentemente, e estou a falar como cidadão que aqui foi referido, se o fiz se tornei pública uma dúvida que muita gente teve mas que talvez nem todos tenham tido a coragem de afirmá-la é da minha inteira responsabilidade, e considero absolutamente lamentável que essa atitude que eu tomei seja misturada com a atitude que procurei ter sempre isenta acima de quaisquer partidarismos que, de quaisquer tendências, ou de quaisquer apoios a candidaturas que ao longo destes anos que tenho exercido funções de Presidente da Assembleia Regional sempre tomei.

Queria, além disso, esclarecer que no que toca ao pagamento das ajudas de custo que afinal de contas parece ter sido o pretexto para todas estas afirmações que aqui foram feitas, que no que toca ao pagamento das ajudas de custo se tem vindo a melhorar aos pucos e poucos o entendimento da situação financeira desta Assembleia, de tal maneira que esperamos muito brevemente e ao abrigo do que temos disposto no Decreto-Regional nº 26/80/A de 18 de Setembro, passamos a contar com um fundo permanente que impeça as demoras que se têm verificado no pagamento de ajudas de custo aos Srs. Deputados Regionais.

Pela minha parte, gostaria de dizer aqui muito claramente que nunca, mas nunca, recebi por antecipação desta Assembleia qualquer importância por conta de possíveis ajudas de custo. Em todas as deslocações que fiz, tenho tido naturalmente os meus bilhetes pagos, e tenho recebido as ajudas de custo correspondentes a essas deslocações com o atraso de meses a que todos os Deputados Regionais têm estado sujeitos. Que isto fique, portanto, sabido para tranquilidade de todos, pois que seria muito mau que o Presidente da Assembleia gozasse ou se valesse de qualquer privilégio sobre este assunto.

Queria também dizer, era a tal coisa que tencionava não falar, que na qualidade de Presidente da Assembleia Regional tenho muitas vezes, e já este ano, recebido em minha casa pessoas que visitam oficialmente a Região, que contactam comigo na minha qualidade de Presidente da Assembleia Regional e nunca o orçamento da Assembleia Regional foi de perto ou de longe atingido pelos dispêndios que essas

recepções porventura provocaram, sendo de notar que o Presidente da Assembleia Regional não tem, e pelo menos enquanto eu cá estiver tencionará ter, qualquer verba para despesas de representação.

Desejo finalmente esclarecer que o preenchimento dos quadros desta Assembleia está dependente das possibilidades relativas às suas instalações físicas.

Gostaria que ficasse do conhecimento público que a entrega deste edifício a esta Assembleia se deveu a diligências que a Mesa, sob a minha Direcção, reiteradamente desenvolveu ainda antes da aprovação do Estatuto, nomeadamente junto do Sr. Ministro da República e posso até informar que o despacho que provisoriamente nos entregou este edifício foi feito sob uma minuta elaborada por mim. Isto, evidentemente, não é para suscitar agradecimentos de ninguém, mas é apenas para que se saiba que se estamos aqui instalados isso foi devido aos esforços exclusivamente desenvolvidos pela Mesa da minha Presidência, e que a actual instalação com toda a precaridade está em vias de ser ampliada.

O aumento do quadro desta Assembleia, decidido pela mesma Assembleia, ir-se-á fazendo à medida que as condições de arrumação física dos seus funcionários puderem ser concretizadas, por que nós entendemos que não se trata apenas de dar lugar e de atribuir vencimentos, mas de criar e de preencher postos de trabalho, na medida em que esses postos correspondam efectivamente a trabalho que se preste.

Estes esclarecimentos desejava deixá-los aqui sem qualquer espécie de ressentimento, mas porque entendo que era indispensável eles serem apresentados na altura própria, lembrando apenas que, como dizem alguns pensadores e a experiência nos ensina, «o coração tem razões que a razão desconhece», o que significa também, entre outras coisas, que por se deixar falar o coração, muitas vezes se atenta contra a própria razão quando não se atenta contra a dignidade das pessoas.

Eu desejaria que os trabalhos desta Assembleia continuassem sem que a dignidade de ninguém fosse atingida porque sempre que houver algumas dúvidas elas serão explicadas com o devido esclarecimento e para que não restem sombras sobre a isenção de quem, por mérito próprio ou alheio, se encontra aqui com sacrifício a exercer as suas funções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Dâmaso.

Deputado Álvaro Dâmaso (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar queria considerar que a batalha da Autonomia, a consolidação da Autonomia, o progresso da Autonomia Regional nada tem a ver com as ajudas de custo que os Srs. Deputados recebem.

Por outro lado, e quanto às ajudas de custo permita-se-me o Sr. Deputado que alguma coisa saiba deste assunto porque não estive durante quatro anos e meio nesta Assembleia. Todos os funcionários regionais, todos os servidores da Região, todos os funcionários deste País, do Estado a que nos integramos têm a mesma lei, e isto significa que qualquer um deles pode, ao abrigo da lei, pedir antecipação de ajudas de custo. Se realmente o funcionário vê que na sua deslocação, em serviço e por causa desse serviço, irá realizar despesas que não pode suportar, e para evitar

Eu também sou Deputado, embora recente mas fui funcionário regional, tive algumas deslocações; sei porque trabalhei na Secretaria Regional das Finanças e acho que isso não me desonra, permite-me antes prestar esclarecimentos devidos sei que os funcionários, e esta Assembleia aprovou há alguns anos atrás que os Secretários Regionais, os membros do Governo não têm despesas de representação. Esta Assembleia não lhes permitiu que lhes fosse constituído um fundo a esse título. Portanto os Srs. Secretários Regionais, os Srs. membros do Governo Regional e . . .

(Interrupção)

Presidente: Sr. Deputado Álvaro Dâmaso: foi-lhe dada a palavra para um pedido de esclarecimento. Um pedido de esclarecimento deve ser sucinto, pode ter considerandós, mas têm que ser muito rápidos. Agradecia ao Sr. Deputado o favor de formular o seu pedido de esclarecimento.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de manterem nesta Sala a natural calma para a qual me parece que a minha intervenção poderá talvez servir de exemplo. Não creio que nenhum dos Srs. Deputados, nem de um lado nem do outro, se possa sentir mais atingido do que eu já me senti, e suponho que não levantei a voz e que me limitei a dar explicações simples e claras.

Agradecia ao Sr. Deputado para formular o seu pedido de esclarecimento para podermos continuar os nossos trabalhos.

Deputado Álvaro Dâmaso (PSD): Agradeço a indicação, mas também lhe peço que os Srs. Deputados não me interrompam com apartes como aqueles que foram feitos. O pedido de esclarecimento é este: pergunto ao Sr. Deputado se alguma vez utilizou o expediente da utilização de ajudas de custo?

Presidente: O Sr. Deputado tem a palavra para responder ao pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao pedido de esclarecimento que aliás foi muito mais curto do que as considerações feitas pelo Sr. Deputado Álvaro Dâmaso, e que penso que tiveram o total desenquadramento no seu pedido de esclarecimento uma vez que me pareceram mais uma tentativa de defesa — eu não sou advogado e portanto não tenho os requisitos que o Sr. Deputado possui de formação académica — vou dizer-lhe muito concretamente, Sr. Deputado, que nunca usei ao longo da I Legislatura desse requisito legal, e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, sem riscos ou sem receio de ser desmentido e se o for perante provas concretas serei o primeiro a admitir esta minha imprecisão de que nenhum Deputado usou desse requisito. É óbvio que eu, como funcionário público, sei que existe essa disposição legal, mas é muito diferente o exercício de uma função profissional ou de uma função Governativa em que as acções a desenvolver e que obrigam a uma deslocação, que tem na sua base uma previsão mínima ou média de tempo de duração, é muito possível que na base desse conhecimento se possa usar dessa disposição legal.

Mas, o Sr. Deputado vai ter oportunidade de constatar por si próprio de que as sessões da Assembleia Regional sabe-se sempre quando se iniciam, nunca se sabe quando terminam. E, portanto, não é fácil encontrar um termo de comparação entre a deslocação para o exercício da função

de Deputado na Assembleia Regional dos Açores, numa Região com circunstâncias específicas como a nossa, entre uma deslocação dum membro do Governo a Lisboa por exemplo, para dialogar ou encontrar-se com membros do Governo da República ou de um simples funcionário público que se desloca para o cumprimento de determinada função profissional.

Portanto, Sr. Deputado, devo dizer-lhe o seguinte: o Sr. tem conhecimento dessa disposição legal, eu também o tinha, os Deputados que não o tinham passam a tê-lo, mas uma coisa tenho a certeza na próxima sessão desta Assembleia Regional será muito difícil a um Deputado, primeiro poder prever o tempo de duração desta próxima sessão; segundo, e aí não posso fazer afirmações, em finanças disponíveis cedidas directamente pela Assembleia Regional dos Açores parece que vai encontrar uma situação diferente, ou mesmo pela forma normal como os Deputados têm sido pagos e através dos serviços dependentes da Secretaria Regional das Finanças de terem possivelmente disponibilidade para poderem avançar com esses montantes que serão necessários para a manutenção do Deputado aqui.

Posso-lhe garantir o seguinte: é bastante difícil, não sei se para o Sr. Deputado se não tiver dificuldades financeiras, mas para outros Deputados que não tenham grandes disponibilidades financeiras terem que se deslocar para a cidade da Horta, terem que desembolsar das finanças que estavam orientadas para a manutenção do seu agregado familiar, e que se tornam muito agravadas quando se passa no tempo um mês e mais sem encontrarem retribuição dos dinheiros que antecipadamente tiveram que desembolsar.

Por último, queria dizer o seguinte ao Sr. Deputado, e não é para lhe pedir nenhum esclarecimento uma vez que foi a mim que foi pedido esclarecimento, acho muito estranho que o Sr. Deputado declare que não é fundamental para a consolidação da Autonomia dos Açores que sejam pagas, aos Deputados Regionais no devido tempo, as ajudas de custo a que têm direito.

Presidente: Sr. Deputado Álvaro Dâmaso penso que em matéria de esclarecimentos não há razão para mais intervenções. De maneira que se o Sr. Deputado pretender lavrar um protesto, se entender que há motivo para isso, eu não terei dúvida em lhe conceder a palavra.

Deputado Álvaro Dâmaso (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Então lavrarei, seguindo os termos Regimentais um protesto, veemente, porque não estava na intenção das minhas palavras, nem estava no alcance delas aquilo que o Sr. Deputado deu a entender.

Eu não acho que as ajudas de custo não sejam essenciais para os Srs. Deputados. O que eu acho é que as ajudas de custo nada têm a ver com a Autonomia Regional nem com a batalha que se desenvolve no sentido da resolução dos problemas que a esta Região e ao povo desta Região compete.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um contra-protesto.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Deputado Álvaro Dâmaso está no seu pleno de direito de pronunciar as opiniões que bem entender.

Eu só queria dizer o seguinte, Sr. Deputado: acho essencial para a consolidação da Autonomia Regional a exis-

tência dos Deputados, e é fundamental que os Deputados nesta Assembleia possam ser tratados independentemente, de ricos, pobres ou remediados. Se um Deputado rico, com condições de recursos financeiros quaisquer que eles sejam mais avultados terá a possibilidade de poder dispendir verbas próprias e de poder esperar o tempo que for necessário para ser reembolsado, outros Deputados, Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez não o caso do Sr. Deputado não sei se o será mas é o meu e o de outros, isso tem profundo significado, e se essas dificuldades existirem podem criar situações de desmotivação para a presença e permanência nesta Assembleia Regional. Nos tempos da Assembleia Constituinte, nos tempos do chamado Gonçalvismo, os Deputados Constituintes permaneceram durante 3 meses sem qualquer remuneração. Dizia-se na altura que a intenção dos ventos Gonçalvistas era desmotivar os Deputados Constituintes para que nesse sentido, sentindo dificuldades no âmbito do seu agregado familiar renunciarem ao mandato e voltarem às suas casas, e a Assembleia Constituinte nessa condição, não teria condições de funcionamento e seria dissolvida. Ao fim de 3 meses, por despacho Presidencial do Sr. General Gomes da Costa, foi deliberado que se atribuisse um subsídio de 10 contos a cada Deputado com efeitos retroactivos. Ao fim de 3 meses da Constituinte, os Deputados receberam 30 contos, e durante 3 meses tiveram despesas do seu próprio bolso. Alguns Deputados à Assembleia Constituinte não tiveram possivelmente dificuldades em suportar essas despesas. Outros tiveram-nas.

Portanto, foi preciso dar condições para que nos tempos da Constituinte a democracia sobrevivesse como sobreviveu, é preciso que em 1980 a Autonomia Regional possa sobreviver, a Assembleia Regional é fundamental e na Assembleia Regional com os Deputados que a põem em movimento e a põem em desenvolvimento.

Presidente: Srs. Deputados eu não vou dar a palavra a mais ninguém, penso que o incidente deve considerar-se encerrado, mas queria para tranquilidade de toda a gente que ficasse muito claramente aqui dito que esta Assembleia não é o Governo de Vasco Gonçalves, que a Mesa desta Assembleia tudo fez, faz e fará para dignificação da mesma Assembleia, que a Mesa desta Assembleia não admite nem concebe que haja Deputados Regionais que tenham vindo aqui por razões económicas e financeiras visto que os respeita ao ponto de os julgar capazes, inclusivamente, de se sacrificarem pela Região, mas que isso não é motivo para que contribua para lhes criar situações difíceis. O Sr. Deputado está ciente dos meios que tem à sua disposição para não ter que desembolsar um tostão que seja, o resto são dificuldades que podem surgir em qualquer momento e desejaríamos que nunca confundissem um problema que transcende em muito

as dificuldades momentâneas que alguma pessoa possa sentir com o projecto político em que está empenhada toda a nossa Região. Eu vou considerar este incidente encerrado, espero que não haja mais necessidade de falarmos nele, espero que as dúvidas tenham ficado esclarecidas e que os pontos tenham ficado postos nos is. Vamos continuar com o Período de Antes da Ordem do Dia, para o que dou a palavra ao Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António José Bettencourt Silveira (PSD): Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta tribuna, mais uma vez, se faz ouvir uma voz, naquilo que parece querer tornar-se num mal crónico para a nossa Região, refiro-me como é óbvio a Transportes Marítimos.

Todos nós sabemos, aqueles que querem ver, evidentemente, que o Governo Regional não tem varinhas mágicas, e que o problema é grave, preocupante e de difícil solução atendendo aos condicionalismos que o rodeiam, mas, há que tentar encontrar os meios para o debelar.

Sabemos que, por todo o Arquipélago como quem constrói um casa, se vão lançando alicerces seguros, realmente, por toda a nossa Região os portos começam a ser uma realidade palpável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Algumas ilhas que já possuem portos, terão de esperar que as outras, também sejam beneficiadas por essas infraestruturas, para só depois, poderem aumentar ou apetrechar os seus portos, hoje por demais acanhados para o tráfego que cada ilha começa a dispor. Neste momento, porém há que pensar seriamente nos Transportes Marítimos, e no mal por vezes angustiante que tal transporte representa para quem tem de viver nas chamadas ilhas de menor potencial económico, que pequenas terão de continuar, se não houver um olhar mais atento, uma resposta mais positiva, resposta essa, que estou certo, o Governo Regional pretende dar a cada uma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Que há algumas ilhas em que a iniciativa privada é mais dinâmica, plenamente de acordo. Mas, digam-me, como pode a iniciativa privada, e logicamente o desenvolvimento caminhar em linha ascendente, quando a sua mola impulsora, não corresponde na totalidade ao que dela se esperava, e os Transportes Marítimos atendendo à condição de ilhas que somos, são quanto a mim o elemento número um do progresso.

O Governo Regional tem de encarar o problema de frente, e anotar, que há ilhas neste Arquipélago, às quais não se lhe pode cortar o sinal evidente do progresso. Não gostaria ter de citar ilhas, mas porque o problema afecta de sobremaneira a maioria delas, esta chamada de atenção, poderá servir ilhas que precisam crescer economicamente para que as palavras unidade e democracia tenham cada vez mais um significado autêntico, e a insularidade seja cada vez menos um pólo negativo do progresso.

Não nego a dificuldade e complexidade do problema. Mas sei também que S. Jorge, é uma ilha tão Açoriana, como Açorianas são as nove ilhas do Arquipélago. Sei que S. Jorge tem sabido esperar calma e ordeiramente como é, continua, e espero continuará sendo timbre da sua gente. Mas também sei que S. Jorge, sempre foi uma ilha amarrada à esperança do progresso, mas a esperança tem de dar lugar à realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Se eu dissesse nesta tribuna que o Governo Regional em matéria de Transportes Marítimos nada fez por S. Jorge, eu estaria traindo a verdade, porque os lates são a nossa realidade, a nossa certeza. Mas se eu dissesse que o Governo Regional já fez tudo por S. Jorge seria uma traição ao povo que me passou a procuração de aqui vir falar em seu nome.

A economia de S. Jorge assenta basicamente em três factores: lacticínios, criação de gado bovino e pesca. Mas o queijo, a carne e o peixe não podem esperar tempos indeterminados, tem que haver uma certa regularidade no seu escoamento, porque sendo as bases económicas da ilha é imprescindível a sua exportação, para em contrapartida se importar toda uma gama de géneros de primeira necessidade, e não só, que a ilha precisa para viver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É urgente e necessário que o Governo Regional tente junto à CTM e à Mutualista, que estas Companhias revejam as escalas dos seus navios, de forma a que S. Jorge e outras ilhas em circunstâncias idênticas, ou piores, sejam mais regularmente tocadas nas suas carreiras entre as ilhas, e entre as ilhas e o Continente. Durante o ano corrente, salvo erro não houve um único navio do porto de Leixões para S. Jorge, com toda a série de prejuízos que daí advém para o Comércio Jorgense, pois todas as mercadorias têm de sofrer transbordo e automaticamente é onerado o seu custo, suportado como é sabido pelo público consumidor.

Não será possível algumas viagens, por poucas que sejam, directas de Leixões para S. Jorge, e vice-versa, facilitando assim a exportação de gado bovino para o Norte do País, principalmente nesta altura em que é tão difícil a sua colocação no Mercado Continental?

Uma vez que segundo consta o iate «Espírito Santo», entra em funcionamento no próximo Verão, não será possível conceder uma licença ao «Terra Alta», para este escalar Ponta Delgada, facilitando assim durante o Verão, o transporte de mercadorias daquele porto, principalmente para a Graciosa e S. Jorge, ilhas menos servidas de transportes?

Não será possível o Ponta Delgada, ser utilizado como navio misto de carga e passageiros com destino a portos acostáveis a fim de não causar grandes demoras e inconvenientes aos passageiros?

Não será possível no Inverno, a CTM fazer uma escala para navios de carga com o seguinte itinerário Ponta Delgada—Angra—Velas e vice-versa?

Não será possível pôr em funcionamento, no próximo ano a tão falada carreira de lanchas Velas—Cais do Pico, facilitando assim em muito a vida dos habitantes das duas ilhas, e não só?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Conhecendo bem a realidade Jorgense, mas não deixando de reconhecer que há ilhas como a Graciosa, as Flores, o Corvo e Santa Maria, ainda em piores condições, julgo pois, que estas palavras, até terão oportunidade no tempo, se atendermos ao que se passou na semana que findou, em matéria de transportes, e em relação à Ilha Graciosa.

O Governo Regional, a CTM e a Mutualista, devem conjugar esforços, unirem-se e estudar a fundo o problema que toca e afecta muitos Açorianos tão bons como os melhores. É preciso não deixar que a esperança seja substituída pelo desânimo e pelo cansaço de uma luta de longos anos, e que merece por isso um final positivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional tem de ganhar esta luta que se lhe apresenta pela frente, luta contra os homens e contra a natureza, por vezes tão madrastra para com os Açorianos; mas

eu confio e aposto neste Governo, porque ele já deu provas de ser um bom lutador.

Espero pois, e a terminar, que com os 30 000 contos que o Plano contempla o Apoio ao Transporte Marítimo se consiga realizar a intenção que o Governo aponta no seu Programa n.º 41, pág. 157, em que diz que o esforço que é necessário realizar para a melhoria dos transportes marítimos, terá em especial atenção, as ilhas de menor potencial económico.

Que esse objectivo se concretize, são os meus votos, para bem de todos os Açorianos.

Tenho dito.

Presidente: Antes de terminar o Período de Antes da Ordem do Dia, eu queria trazer ao conhecimento do Plenário que acabo de receber mais um longo telex assinado pelo Presidente da Câmara do Comércio de Angra, cujo título é «Comentário Crítico à Proposta do Plano para 1981». O respectivo texto solicita-se que seja levado ao conhecimento dos Grupos Parlamentares. Neste momento já mandei distribuir cada uma das 3 cópias que acompanhavam este texto ao Grupo Parlamentar do PSD, ao Grupo Parlamentar do PS e ao Sr. Deputado do CDS que lhe darão o uso que melhor entenderem.

Terminou o Período de Antes da Ordem do Dia. Passamos de imediato ao Período da Ordem do Dia e já com a indicação inicialmente feita da sua alteração por consenso de todos os Partidos aqui representados. Vamos ao primeiro ponto já marcado desde a semana passada, que é o relativo à verificação dos poderes dos Srs. Deputados que pretendem entrar em funções em substituição daqueles cujos mandatos foram suspensos. Dou a palavra para apresentar ao Plenário o relatório da Comissão de Verificação de Poderes ao relator da mesma o Sr. Deputado Fernando Dutra.

Deputado Fernando Dutra (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Foi lido)

Presidente: Em vista da verificação dos poderes não há lugar a qualquer deliberação desta Assembleia à face do que dispõe o artigo 16.º do Regimento. Dos três Srs. Deputados cujos poderes foram verificados encontram-se presentes nesta Sala, o Sr. José Miguel Tavares e Carlos Manuel Martins do Vale César a quem eu convido com muito gosto a tomarem lugar nas bancadas dos respectivos Partidos.

Passamos à segunda parte da ordem de trabalhos conforme ficou estabelecido por consenso com os três Partidos aqui representados. Os Srs. Deputados têm presente o quadro com a proposta de Orçamento da Assembleia Regional dos Açores para 1981, da qual se pode verificar a existência, designadamente de uma verba avultada destinada à adaptação que assim se prevê possa fazer-se em 1981, das instalações físicas necessárias para o adequado funcionamento desta Assembleia. Sobre esta Proposta declaro abertos os debates.

Não havendo intervenientes ponho à votação a proposta de resolução apresentada pela Mesa.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta no sentido de se aprovar o Orçamento desta Assembleia para 1981 fazem favor de se manter como se encontram.

Os Senhores Deputados que votam contra fazem o fa-

vor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada por 23 votos a favor do PSD, 1 voto do CDS e 12 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Considerando a dignidade dos Grupos Parlamentares que alguns teóricos da Autonomia Regional chegam a equiparar a Órgãos de Soberania e que o Grupo Parlamentar do PS não foi ouvido nem achado para a elaboração do Orçamento desta Assembleia;

Considerando igualmente que a proposta de Orçamento agora distribuída assenta em parte em pressupostos que o Grupo Parlamentar não aceita sem discutir particularmente as consequências previsionais decorrentes do sistema de exercício do mandato de Deputado Regional; e

Considerando ainda que o Grupo Parlamentar do PS no início desta Legislatura apresentou à Assembleia um Projecto de alteração ao Estatuto do Deputado Regional, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra por considerar que esta proposta é limitativa ou poderá ser limitativa da revisão que achamos necessária do Estatuto dos Deputados da Assembleia Regional dos Açores.

Presidente: Passamos à terceira parte do Período da Ordem do Dia.

O Governo Regional está desde a semana passada na posse de múltiplos pedidos de esclarecimento à apresentação aqui oportunamente feita das propostas de Orçamento e Plano. Será esta a ocasião de serem apresentadas as respostas a esses pedidos de esclarecimento, sugerindo-se tal como se fez para os Srs. Deputados que as mesmas, até para poderem corresponder à multiplicidade de questões, se façam da forma mais simples e sintética possível.

Antes de dar a palavra aos Srs. Secretários Regionais eu queria pedir a solicitação de alguns Deputados aqui presentes, o favor de as pessoas que aqui se encontram fumarem o menos possível. Não se trata de pedir que não fumem, seria excessivo, era apenas pedir que fumassem o menos possível porque as condições de arejamento desta Sala, agravadas com as condições que nos são impostas pela cobertura televisiva dos nossos trabalhos, nem sempre permitem aquele mínimo de renovação do ar respirável que seria conveniente.

Eu dou a palavra colectivamente ao Governo. À medida que os Srs. Membros do Governo entenderem usar da palavra pois farão o favor de se manifestarem.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional, Mota Amaral: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao Sr. Deputado Fernando Monteiro:

Talvez houvesse vantagem em repetir as perguntas para situar melhor as respostas. A primeira pergunta: «Como prevê a cobertura efectiva do déficite orçamental que monta a mais de 55 % do Regional?».

A segunda pergunta: «Como julga poder resolver de uma vez por todas, ultrapassar a contingência agora existente por uma posição definitivamente normalizada, para evitar que a Região persista ao sabor de esquemas negociais entre

o Governo da República e o Governo Regional?».

Eu diria que a forma de financiamento do déficite do orçamento regional está indicada em linhas gerais na proposta do Orçamento agora em discussão, e foi por mim referida no discurso da respectiva apresentação. Na realidade, prevê-se que o financiamento do déficite será obtido pela participação do Estado nos termos do artigo 80.º do Estatuto da Autonomia. Na parte que exceder o valor dessa participação será obtido por recursos ao crédito, atenta a capacidade de endividamento da Região com observação do disposto no artigo 85.º do Estatuto suportado pelo princípio da solidariedade consignada no artigo 231.º, n.º 1 da Constituição.

De qualquer forma, não deixarão de ser presentes a esta Câmara as competentes propostas, sejam qual for a forma que revista esse recurso ao crédito. Suponho que isto responde às duas perguntas.

Respondendo ao Sr. Deputado Martins Goulart, que formulou duas perguntas, uma concretamente perguntando: «A solução para o financiamento do déficite deverá ser procurada na óptica do Governo como uma medida de carácter técnico, apoiada na legislação em vigor ou por outro lado, deverá ser encontrada na base de uma negociação de índole política?».

Sem dúvida que a solução para o financiamento do déficite do Orçamento Regional deverá ter o seu suporte na legislação em vigor. A sua procura deverá revestir predominantemente carácter técnico, embora dela não se possa abstrair o carácter político, como é evidente.

A outra pergunta: «Como se traduz na prática o propósito de fazer aplicar e fiscalizar o regime efectivo de austeridade na Administração Pública enquanto se verificarem em certos Departamentos Governamentais comportamentos reprováveis do uso e abuso de meios e equipamentos públicos?».

Eu diria que a austeridade na Administração Pública tem sido propósito do Governo Regional e nesse sentido tem implementado diversas medidas. Na prática o regime que está estabelecido decorre da rigorosa observância das regras da contabilidade pública e são implacavelmente aplicadas. Naturalmente, as despesas têm que se conter dentro dos limites fixados, e estes foram, salvo alguns casos especiais, estabelecidos pela aplicação de uma taxa de crescimento situada muito aquém do nível da taxa de inflação esperada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para responder aos Srs. Deputados.

Secretário Regional da Administração Pública, Melo Alves: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perguntou o Sr. Deputado Fernando Monteiro: «Como prevê melhoria no aparelho administrativo Regional e Local sem a qualidade de funcionalismo público, nomeadamente pela promoção profissional e a sua reclassificação para que o aparelho funcione a desejo do grande desenvolvimento que se pretende?».

Quanto à promoção profissional ela pode ser entendida como promoção na carreira e a reclassificação também é entendida normalmente como uma alteração da carreira de funcionário ou mudando de carreira, ou mudando de esca-

calão, designadamente quanto a vencimentos, ou a própria carreira ser alterada. Ora aqui pela promoção profissional neste sentido e pela reclassificação também neste sentido só por si não terá qualquer influência na melhoria, pois não é com mudança pura e simples de categoria ou de escala de vencimentos que se obtém uma melhoria.

Isso só sucederá quando se verificam, e naquelas circunstâncias em que se verificam, distorções graves o que não é exactamente o que no momento se põe. Na situação actual muitas reclassificações foram feitas no decurso dos últimos anos e procurou-se na Administração Pública em geral e também na regional melhorar esses aspectos. Entendo pois que se terá aqui fundamentalmente em vista a promoção profissional entendida no sentido de promoção da qualidade profissional do funcionalismo e, nesse sentido, concerteza que sem essa melhoria não é possível de facto melhorar o aparelho administrativo da Região ou das Autarquias Locais. Essa melhoria da qualidade profissional do funcionalismo tem-se efectuado, tem sido uma grande preocupação do Governo, e já começa a dar os seus resultados. Continuaremos com ela, é certo que temos uma verba reduzida este ano, no entanto, será bem aproveitada segundo esperamos e procurar-se-á também certos aspectos que eram suportados pela S.R.A.P., sejam suportados também pelas outras Secretarias Regionais. Além disso, há que considerar a formação que foi obtida pelo funcionalismo durante estes anos que se passaram que já permite uma melhoria dos serviços que se começa a verificar.

Perguntou ainda o Sr. Deputado Fernando Monteiro o seguinte: «Os investimentos inter-municipais melhoram ou poderão melhorar as deficiências de um mau ordenamento administrativo Regional?».

Não é exactamente a finalidade deste programa do Plano de 1980, dado que ele não exige como condição prévia que os Municípios se associem. É certo que tem alguma coisa a ver com um possível mau ordenamento Regional, simplesmente, não é ainda a tónica que está aqui, pois para corrigir isso ter-se-ia que condicionar esta atribuição da comparticipação à existência de formas de cooperação com determinado enquadramento, o que aqui não se fez. É possível que se venha a fazer de futuro, embora eu tenha dúvidas quanto a isso dado a situação que se vive na Região em determinados aspectos, designadamente, quanto a tipologia de investimentos.

O montante das verbas que vão para as Câmaras, o que está competindo às Câmaras e o que não está, o que depois poderei explicar em ulteriores intervenções ou resposta a pedidos de esclarecimentos.

O Sr. Deputado Costa Neves diz que: «Considerando as necessidades sentidas e expressas pela população de grande número de freguesias da Ilha Terceira, no que respeita ao abastecimento de água, pergunta se se poderá considerar o financiamento daquele empreendimento como investimento inter-municipal?».

Nós pensamos exactamente que um tipo de obras, que poderá ter uma comparticipação por esta verba seja este: o de abastecimento de água, água que no caso concreto se trata de uma obra que é inter-municipal, pois interessa a dois Concelhos já que vai abastecer freguesias e povoações dos

dois Concelhos e é também um daqueles investimentos que entendemos que deve ser contemplado por esta rubrica.

O Sr. Deputado Fernando Dutra também acerca de investimentos inter-municipais: «Esta rubrica, com uma dotação de 45 000 contos, aparece pela primeira vez no Plano Regional, embora o texto deste programa, no Anexo I, refira as linhas gerais e a disposição do Governo em apoiar os Municípios isoladamente ou em iniciativas inter-municipais». Pergunta o Sr. Deputado «se é possível exemplificar em que sector esta verba poderá ser utilizada».

Trata-se de uma verba pequena e o que está na intenção do Governo apresentar muito brevemente a esta Assembleia Regional em diploma como proposta de Decreto-Regional, é exactamente para que sejam empregues em abastecimentos de água e em infra-estruturas urbanísticas para habitação social. São precisamente o tipo de investimentos dos sectores em que o Governo entende e proporá a esta Assembleia que sejam aplicadas estas verbas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura, Reis Leite: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Secretário Regional da Educação e Cultura está submerso no número de perguntas principalmente da bancada do Partido do Centro Democrático Social. Tentarei responder sucintamente e rapidamente às perguntas que me são feitas e que nalguns casos são precedidas de considerandos que efectivamente não facilitam a resposta imediata.

A primeira pergunta refere-se efectivamente ao problema da programação dos espaços para a prática desportiva e cultura física dos povos.

É afirmativo. Diz-se, aliás, entre parênteses, que o programa nº 5 é pouco nesta matéria. O programa nº 5 não trata efectivamente de programação desportiva para as escolas. O problema da programação dos espaços das escolas está inserido nos projectos das próprias escolas. Não é uma questão de austeridade, é uma questão efectivamente de arrumação do Plano.

Quanto à pergunta nº 2, «Se estarão os professores ou outros agentes preparados para executar o ensino e ministrar a educação física e o desporto?».

Efectivamente que não estão todos preparados. É o grande problema da preparação dos quadros que também é aflorado e discutido ao longo do Anexo do programa. Estamos preparando os professores de todas as áreas e também na educação física e desporto, por isso mesmo em muitas escolas não se pratica sequer educação física porque não temos professores com o mínimo de preparação para poderem dar uma preparação aos alunos em educação física e limitam-se, efectivamente, a certas formas desportivas, como aliás a lei o diz.

«Se existe uma programação a nível da Secretaria que vise realmente o incremento do desporto como componente imprescindível da educação da camada jovem açoriana?»

Existe efectivamente. Aliás, como da leitura do próprio Plano e especialmente do Anexo I do Plano se deduz.

«Onde está definida a forma ou a maneira de apoiar as iniciativas literárias ou científicas válidas, de jovens ou dos de qualquer idade, no que respeita a edições das mesmas?».

A pergunta é de facto pouco clara, mas diz-se também no programa que a única via de promoção cultural e de edições para troca de ideias não é a via do Estado, e defende-se até que preferencialmente não deve ser a via do Estado. Em termos concretos, as pessoas que pretendem editar presentemente na Região têm apoios através de edições, de edições em institutos que são apoiados pelo Governo e têm aquela forma que até aqui tem sido a preferida dos intelectuais açorianos, que são as edições do autor que efectivamente são apoiadas, muitas delas através da compra de uma parte da edição para circular entre as escolas, as instituições, os intelectuais, etc..

Pergunta-se ainda «Porque não foi compreendida a necessidade de um levantamento geral do património arquitectónico Regional, incluindo o popular que tanto marcam a evolução cultural Açoriana e necessitam de preservação?».

Efectivamente este levantamento cultural está-se fazendo, estão já efectuadas e levantadas a maior parte das obras da Região, e posso informar os Srs. Deputados de que ainda no fim deste ano e eventualmente no princípio do próximo sairá uma edição sobre o levantamento artístico da Região, em que estão incluídas formas de cultura popular. Já várias vezes aqui tenho dito que não me agrada a distinção entre cultura elitista e cultura popular, e que será uma apresentação ao público do levantamento desse inventário.

Pergunta-se também «Se já estão preparados programas a todos os níveis possíveis para levar à escola o conhecimento do que é a CEE para onde caminhamos quase irreversivelmente, de cuja participação se espera a melhor viabilização da integração nesse mundo económico e cultural novo?».

Já tive ocasião de esclarecer o Sr. Deputado no encontro que tive numa Comissão própria desta Assembleia para o assunto.

Efectivamente, não há um programa específico sobre as Comunidades Europeias, mas ao longo dos programas de ensino há efectivamente uma preocupação do conhecimento da Europa e do conhecimento dessa cultura e desse espaço económico a que nós pertencemos.

Outra pergunta: «Mesmo considerando as Filarmónicas como meios artísticos espontâneos e livres, assistindo-se ao seu quase desaparecimento, qual a atitude do Governo Regional perante o facto, sabendo-se que alguns factores para a sobrevivência desse riquíssimo património dependem da falta de uma escola de música com maior intensidade pedagógica?».

Já nesta Câmara várias vezes afirmei que não estou convencido que as Filarmónicas estejam em desaparecimento, eu diria que as Filarmónicas estão em ressurgimento. Muitas delas, efectivamente, têm problemas para além de problemas específicos financeiros que são aqueles que o Governo mais facilmente pode atender. Há muitas que efectivamente lutam com falta de pessoas. Há ilhas que têm Filarmónicas que ultrapassam presentemente a possibilidade de executantes no seu número de habitantes. Isso é um problema que ultrapassa o Governo, e o Governo não irá fechar Filarmónicas ou mandar abrir Filarmónicas. Em todo o caso, quanto às escolas de música, é de facto um problema difícil. Presentemente existem duas escolas oficiais de música no Arquipélago que têm especificamente nos seus programas apoio a

estas Filarmónicas. A própria Banda Militar, principalmente em S. Miguel, tem sido um óptimo auxílio em problemas de ensino da música. Em algumas ilhas é difícil, efectivamente, poder ter professores de música como, aliás, é difícil ter técnicos noutros sectores.

Uma outra pergunta: «Mesmo considerando que todas as iniciativas artísticas devem ser livres, como apoiar o teatro popular e outros sem um plano de acções concretas a começar por uma escola de arte dramática?».

A pergunta aqui também é um pouco confusa, no meu entender, porque se bem percebo o problema da escola das artes dramáticas é para apoio do teatro popular, e eu aqui terei que discordar profundamente. O teatro popular não se apoiará com uma escola de arte dramática porque creio que o espartilhar a espontaneidade do teatro popular numa rígida academia, numa forma escolar, seria efectivamente não ajudá-lo mas matá-lo. Se a pergunta é só neste sentido a minha opinião é esta. Se é efectivamente da necessidade da criação de uma escola de arte dramática para desenvolvimento do teatro, pois aí poderíamos efectivamente discutir noutro sentido.

Outra pergunta: «Como pensa resolver o problema da reciclagem da formação profissionalizante e da paragrafuação dos técnicos regionais com vista à contenção do êxodo intelectual e científico?».

A pergunta mais uma vez é barroca, porque efectivamente leva a uma dificuldade na resposta. O problema da reciclagem e da formação profissionalizante ultrapassa em muito a escola, e este problema não se pode resolver só através da Secretaria da Educação e Cultura. É um programa que tem sido e terá que ser um programa generalizado em que efectivamente as estruturas escolares e principalmente as estruturas universitárias, têm um grande contributo a dar e têm-no dado, mas efectivamente têm-se espalhado por vários sectores e as Secretarias, como aliás o Plano apresenta, têm elas próprias programas específicos de reciclagem e de formação profissionalizante em várias áreas.

Quanto à contenção do êxodo intelectual e científico também aqui me parece uma expressão muito vasta, porque poder-nos-ia levar efectivamente a uma discussão especialmente sobre esta expressão de êxodo intelectual. Efectivamente, os Açorianos são tradicionalmente um povo derramado pelo Mundo, e intelectualmente a nossa afirmação muitas vezes se tem feito fora do Arquipélago. Isto é uma especulação teórica que, creio, que não se enquadra especificamente naquela pergunta que pretende saber se há condições para que as pessoas possam promover-se dentro da própria Região, e a resposta é afirmativa porque os próprios programas deste Plano apontam para uma melhoria das condições de acesso, em todas as camadas, à cultura e a formas mais avançadas de preparação científica e cultural.

São feitas também algumas perguntas específicas e muito concretas pela bancada do Partido Social Democrata, nomeadamente do Sr. Deputado António Silveira, sobre a Casa de Etnografia de S. Jorge, uma vez que não está especificada no programa.

Não está especificada no programa porque não foi possível encontrar um edifício disponível para a instalação desta Casa de Etnografia de S. Jorge. No entanto, poderei in-

formar que estamos em negociação com um edifício que, a resolver-se, se poderá avançar já no ano de 1981 para a preparação do projecto de adaptação desse edifício, já que estas Casas têm vindo a ser montadas sucessivamente nas várias ilhas e não estão todas no mesmo pé de desenvolvimento por razões várias.

O Sr. Deputado David Santos faz um alerta sobre o problema da saída da Ilha do Corvo do património cultural.

A pergunta de facto, é complexa porque a livre circulação de pessoas e bens dentro da Região e para fora do Arquipélago, tendo em atenção o conjunto nacional, não pode impedir que as pessoas tragam os seus bens do Corvo, mesmo que eles sejam bem culturais. O que é preciso é fazer acções no sentido de que a própria comunidade se aperceba do interesse dos seus bens culturais, e por outro lado poder criar, talvez, formas de exposição desses bens na Ilha do Corvo. Isto é um programa conjunto, creio que a Municipalidade do Corvo terá uma palavra a dizer nesse sentido e, eventualmente, se pode pensar também numa Casa de Etnografia.

O Sr. Deputado Manuel de Melo faz duas perguntas, uma também relacionada com o sector da cultura (que tem ocupado especialmente os Srs. Deputados) sobre a igreja do Senhor dos Passos de Vila do Porto que foi cedida ao Governo Regional pela Santa Casa da Misericórdia. Foi uma cedência que levou muito tempo a fazer, só muito recentemente é que foi efectivamente cedida, e é intenção do Governo intervir imediatamente para não permitir que continue a degradação. É preciso também esclarecer de que não foi cedida para museu, foi cedida sim porque a Secretaria necessitava de um espaço cultural em Vila do Porto, e o auto de cedência faz referência de que a igreja continuará aberta ao culto.

Quanto à construção da Escola Preparatória de Vila do Porto, ela faz parte do plano de construções escolares do Governo Regional, está presentemente num estágio de preparação do projecto, e prevê-se que possa ser lançado a concurso no próximo ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para responder em nome do Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Presidente do Governo Regional, Mota Anxral: Dir-lhe-ia que não será incentivado, por via administrativa, a formação de Sindicatos na medida em que isso decorre da vontade livre dos trabalhadores. Deles depende unicamente a formação ou não dos Sindicatos.

«Se será possível introduzir nos programas escolares a disciplina de sindicalismo?».

Não propriamente como uma disciplina, mas como uma intenção e uma preparação.

A implementação do desporto e a extensão a trabalhadores da Segurança Social, não estou capacitado para poder responder. Direi que o Secretário Regional do Trabalho lhe fará a resposta por escrito.

Quanto à última parte sobre a formação profissional na actividade turística, dir-lhe-ei que o Centro de Formação Profissional das Capelas também contempla essa actividade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais, Fátima Oliveira: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao Sr. Deputado Fernando Monteiro, quanto à primeira questão, eu direi que me parece fora de questão que o termalismo, a médio prazo, será um factor importante no contexto regional, dadas as potencialidades que parecem oferecer as nossas águas termais. A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, neste momento, desenvolve um conjunto de actividades neste campo. Assim, fizeram-se e prevêem-se já novos melhoramentos em algumas instâncias termais e iniciou-se o seu melhor apetrechamento. Encontram-se já classificadas, provisoriamente, algumas das instâncias termais da Região o que vai permitir desde já a sua utilização pelos utentes dos esquemas de Segurança Social que prevejam nos seus esquemas tratamentos termais. Sabemos existir um projecto que parte da iniciativa privada, do qual nos foi já dado conhecimento oficioso de um Hotel que viria apoiar completamente a estação termal das Furnas, o que nos permite assim encarar outras soluções alternativas.

Estudam-se ainda as vantagens ou não de uma ou outra estação termal. Iniciar-se-ão este ano os projectos de melhoramentos de vias de acesso, nomeadamente às termas da Ferraria e, em certa medida, à do Varadouro. No Carapacho actualizar-se-á também este ano um projecto existente para construção de instalações de apoio na zona termal, estando em elaboração um protocolo a celebrar com a Universidade dos Açores cuja primeira fase terá a duração de três anos para o estudo da composição das águas termais.

Tem-se vindo a apoiar, especialmente, dois médicos que pelo assunto se interessam e que nos vêm dando a sua colaboração, os quais, até por sinal neste momento, se encontram na cidade do Porto a frequentar um curso de aperfeiçoamento sobre reumatologia.

Temos também um grupo de trabalho constituído por elementos das Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais, Comércio e Indústria e Transportes e Turismo que visa não só preparar o Congresso Mundial do Termalismo que se realizará nos Açores em 1982, como apontar outras soluções alternativas e inter-departamentais.

Quanto à segunda questão, naturalmente que o Sr. Deputado está ciente da complexidade que ela envolve e consequentemente da sua resposta. Dado que em muitos casos a solução destes problemas ultrapassa a própria competência da Secretaria dos Assuntos Sociais, dada a grande autonomia de que gozam, quer os Serviços Médico-Sociais quer os Hospitais Distritais e também pelas limitações de ordem financeira e ainda pelas limitações estabelecidas pela legislação laboral em vigor no sector da Saúde. No entanto, estão previstas algumas medidas que englobam a descentralização dos Serviços de Saúde através do aumento dos Centros de Saúde que farão aquilo que se chama as operações de triagem para o envio a consultas de especialidade, uma maior exigência quanto à qualidade do sector convencionado.

Deslocação de alguns especialistas às ilhas não detentoras dos chamados Hospitais Regionais. Intensificação da educação sanitária dos mais diversos meios, e ainda a regulamentação do Serviço Regional de Saúde.

Quanto ao Sr. Deputado António Silveira, na realidade tenho a informar que os 1 000 contos previstos no Plano se

destinam ao novo Centro de Saúde da Calheta cujo programa já está elaborado.

Havia a perspectiva de ainda cá se deslocarem, durante este ano, alguns técnicos da Direcção Geral de Construções Hospitalares. Contudo, por uma questão de metodologia de trabalho, foi decidido posteriormente elaborar os programas referentes aos outros Centros de Saúde e a um Hospital de Ilha, os quais se encontram numa fase final de acabamento e que, no seu conjunto, serão apreciados por uma Comissão da Direcção-Geral de Construções Hospitalares que se deslocará à Região, segundo nós prevemos, em relação ao que estava determinado, apenas com um atraso de 4 meses.

O Sr. Deputado David Santos pergunta-me se os 500 contos que estão inscritos no Plano a que é que se destinam?

Devo dizer-lhe que a verba inscrita no programa nº 7 para o Corvo, destinam-se a pagar o equipamento que já está encomendado quanto à extensão de saúde a criar na Ilha do Corvo. Informaria ainda o Sr. Deputado de que nós já iniciámos diligências junto de diversas entidades no sentido de nos ser cedida, a título precário ou não, a casa que se destinava à sede da Junta de Freguesia onde nós procurávamos instalar desde já, os terminais de saúde e Segurança Social da Ilha do Corvo.

Ao Sr. Deputado Fernando Dutra, eu diria que realmente na verba do programa 7, para o Pico, encontram-se englobadas as verbas previstas como necessárias para conclusão das obras iniciadas, e se me permite, devo dizer-lhe que no último Conselho do Governo Regional foi autorizada uma verba de 1 250 contos para as obras em curso do Centro de Saúde da Madalena.

Creio que, no seu conjunto, estão respondidas as questões que me foram postas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas que me foram postas vou responder em primeiro lugar ao Sr. Deputado Altino de Melo sobre o problema da doença da banana na Ilha de S. Miguel.

O assunto é completamente conhecido dos serviços, existem montados esquemas de tratamento, é provável que o desconhecimento por parte da produção deste facto tenha atrasado algumas actuações concretas. No entanto, posso tranquilizá-lo que o fenómeno está perfeitamente identificado, e posso acrescentar que é um problema de difícil resolução.

O Sr. Deputado Martins Goulart tem uma pergunta que é a seguinte: «Como se propõe o Governo estabelecer garantias e que incentivos preconiza para estimular o interesse do sector privado nos sectores das Pescas?»

Existem aqui dois tipos de preocupações por parte do Governo: uma preocupação, que está relacionada com o apoio de carácter técnico ou científico que tem que ver com a cooperação entre diversos departamentos do Governo, e que visam um melhor e mais concreto conhecimento daquilo que nos mares dos Açores há para pescar, e quanto há para pescar, como o vamos fazer e com quem. Posteriormente a esta acção que poderá caminhar paralelamente em

incentivos directos ao sector privado como já tive oportunidade de aqui afirmar aquando da discussão do Programa do Governo, que estou altamente preocupado e interessado no estabelecimento de linhas de crédito bonificadas que visem concretamente o desenvolvimento do sector.

Também estou aqui um pouco submerso com o quantitativo de perguntas que me foi feito pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, mas tentarei satisfazer a sua curiosidade sobre estas matérias.

Em relação à recuperação dos terrenos erosionados de Santa Maria, os trabalhos têm prosseguido normalmente e devem prosseguir no próximo ano com verbas dotadas no Plano.

Quanto ao ordenamento agrário, é, na realidade, uma das preocupações por parte do Governo no sentido de se caminhar o mais rapidamente possível para esse ordenamento. Não é possível realmente estabelecer objectivos concretos e fazê-los acompanhar por medidas políticas quando o instrumento de ordenamento agrário não está ao nosso dispôr.

Em relação ao IFADAP, neste momento não é preocupação de actuação concreta na Região Açores. Como sabe o IFADAP não foi ainda regionalizado. Penso também que em relação a este assunto e antes da regionalização do IFADAP haverá que fazer dois tipos de acções: primeiro adaptar as linhas de crédito do IFADAP às realidades açorianas; segundo fazer acompanhar essa adaptação com aquilo que me parece ser extremamente importante tendo em conta a nossa integração na CEE, portanto fazer com que essas linhas tenham efectivamente incidência estrutural. Isto liga-se um pouco à pergunta que vem a seguir e que eu responderia já. Em relação ao crédito agrícola é também preocupação do Governo o estabelecimento de linhas de crédito especiais bonificadas através do orçamento que, aliás, este ano, pela primeira vez no caso da agricultura, está dotado com verbas especiais para esse fim.

Quanto aos problemas relacionados com o seguro agrícola, eles constam da seguinte maneira:

Existem neste momento a funcionar apenas os seguros tradicionais que são relativamente poucos. Em relação à regionalização do seguro agrícola, ela está em fase de estudo final; em relação àquele seguro que podia interessar mais à Região Açores que é o seguro pecuário, ele neste momento ainda não funciona a nível nacional, e este assunto tem que ser tratado directamente com o Instituto Nacional de Seguros.

A sua pergunta em relação ao crédito que visa objectivamente, e que foi estabelecido em Portugal Continental, facilitar a compra de terra pelo rendeiro, esse assunto está também em vias de solução prática a nível Açores.

A Sra. Deputada Adelaide Teles faz-me duas perguntas, e uma delas relacionada com o entreposto de frio na Folga, Ilha da Graciosa. Poderei acrescentar que na realidade apenas dificuldades administrativas, burocráticas têm impedido o início do funcionamento dessa instalação de frio. Quero dizer-lhe que me vou empenhar, pessoalmente na solução rápida deste assunto, uma vez que é uma situação caricata ter instalações construídas e não estarem em funcionamento.

Quanto à campanha da desratização a nível Graciosa, neste momento através da Direcção Regional de Agricultura

está a ser feito um esforço muito grande no sentido de poder tornar mais efectiva esta luta. Na realidade, ela não poderá assentar, penso eu, numa situação em que se exige um maior esforço por parte dos serviços, porque isso pressupõe a existência de pessoal que neste momento não existe.

O Sr. Deputado António Silveira faz-me uma pergunta relacionada com o melhoramento animal na Ilha de S. Jorge.

O melhoramento animal tem como objectivo a médio prazo, fundamentalmente o aumento da produtividade e portanto a valorização através de melhorias técnicas da reprodução e sobretudo utilizando o mecanismo da insensinação artificial e a utilização de reprodutores seleccionados.

É portanto, através deste mecanismo que o produtor privado algumas vezes, sem que isso traga encargos, outras vezes com pequenos encargos monetários, poderá usufruir deste tipo de incentivos.

O Sr. Deputado Fernando Dutra faz-me uma pergunta relacionada com as arroteias do Pico.

Neste momento encontra-se esse problema na fase mais importante das negociações, que está terminada. As delegações portuguesa e alemã chegarão a conclusões concretas em relação à possível implementação do processo das arroteias no Pico, utilizando o empréstimo alemão. Neste momento estamos na fase de elaboração do projecto em si, pois o que existia até agora era um ante-projecto e muito brevemente será trazido a esta Assembleia o dossier para se poder efectuar esse empréstimo. Penso que pelos 3 primeiros meses de 1981, já teremos notícias mais concretas sobre esta matéria que, aliás como sabe, fez com que desaparecesse do Plano aquela verba relacionada com as arroteias do Pico, uma vez que ela agora fica inteiramente suportada pelo empréstimo alemão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria, Américo Natalino Viveiros: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou passar a responder a algumas questões que foram postas ao sector, relacionadas com o Comércio e a Indústria, e também a alguns problemas relativos à energia.

Começarei por responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Dutra, que ele considera um assunto estafado em interpelações ao Governo nesta Câmara e aos contactos directos com a própria Secretaria, e que diz respeito ao matadouro do Pico. Na verdade, já a Secretaria do Comércio e Indústria teve oportunidade de esclarecer através da resposta a um requerimento formulado por um dos Srs. Deputados, sobre a situação do matadouro da Ilha do Pico.

O Governo decidiu em Agosto passado e em face duma proposta de uma entidade privada no sentido de ela própria construir o matadouro do Pico mediante um empréstimo do Governo a longo prazo e em condições de financiamento satisfatórias, o Governo decidiu estabelecer os parâmetros deste financiamento e aprovou previamente a minuta do contrato, que foi depois presente à entidade que tinha solicitado o financiamento e o licenciamento da obra. No entanto, a determinação do Governo foi no sentido de reabrir o estudo económico que a entidade tinha apresenta-

do, porque haviam alguns elementos que não estavam de acordo com os princípios que o Governo entendia necessários para dar o seu aval àquele pedido de financiamento. Só no mês de Dezembro a empresa concluiu o estudo, estudo esse que vem acrescido em termos de custos, além do montante previamente fixado pelo Governo e teve necessariamente que ser revisto pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria e terá que ser presente novamente ao Governo para decisão até final deste ano. Entende ainda assim a Secretaria Regional do Comércio e Indústria que é preferível aceitar a proposta feita pela empresa privada do que ir construir uma infraestrutura pesada como é o matadouro industrial do Pico a cargo do sector público. Por isso mesmo, o contrato que terá que ser revisto, creio que será presente novamente ao Governo ainda na próxima reunião e depois sobre ele será dada uma orientação definitiva, de modo a se saber se se vai enveredar ou não pela iniciativa privada ou pelo sector público. O facto de não aparecer qualquer verba inscrita no Plano para 1981 prende-se com esta razão fundamental, mas outras ainda há a crescer, é que tudo o que se relacione com infraestruturas de abate, casas de matança e matadouros, deve passar a partir do próximo ano para o Serviço Regional dos Produtos Agro-Pecuários, serviço esse, que foi criado por esta Assembleia há um ano e que está a ser objecto, neste momento, de regulamentação. Por isso mesmo, esses investimentos deixarão no futuro de figurar no Plano e serão objecto do Orçamento e do Plano do próprio serviço.

Igualmente a Sra. Deputada Adelaide Teles fez uma pergunta sobre a casa de matança na Graciosa e para quando se prevê o início da sua construção.

A Graciosa encontra-se nas mesmas condições em que se encontram diversas ilhas do Arquipélago, nomeadamente, Santa Maria, S. Jorge e Flores, em termos de gado suíno e bovino. Teve o Governo, ao longo destes últimos 2 anos, de proceder à elaboração do projecto tipo para implantar uma estrutura de abate nestas ilhas, e este estudo levou tempo além daquele que era desejável da nossa parte, mercê razões que foram alheias à própria Secretaria Regional, sobretudo em levantamentos topográficos e em elementos geotécnicos que teriam que ser necessariamente fornecidos para que se pudesse fazer os cálculos da obra. Encontra-se concluído o projecto. Porém, as limitações financeiras impostas este ano ao Governo, levam a ter que se estabelecer um calendário do início das obras, de modo a que não possamos de maneira alguma lançar o concurso e não poder dar cumprimento financeiro às despesas inerentes a esse concurso. O Governo irá definir, de acordo com as prioridades, o lançamento ainda este ano das casas de matança, estando já em fase de concurso público o de Santa Maria e irão seguir-se os outros, de modo a que se possa em cadeia iniciar a construção dessas infraestruturas indispensáveis não só às condições económicas da ilha, mas de modo a dar resposta às condições de saúde e sanidade das populações.

O Sr. Deputado Joaquim Pontes pergunta, e tendo em conta a actuação dos serviços de fiscalização do Governo Regional no sector dos lacticínios e um gradual aumento dos quantitativos de leite rejeitado nas unidades industriais da Região, qual é o aproveitamento dado a esse produto pa-

ra outros fins, e se se julga implementar alguma iniciativa de medidas tendentes à resolução do assunto exposto.

Quanto ao leite rejeitado, este é geralmente utilizado pelos próprios produtores para a engorda dos vitelos, e portanto não é utilizado pela própria fábrica. Se é o leite considerado da classe C, este leite é destinado ao fabrico de caseína, que depois será incorporado no leite de substituição para vitelos. Quanto às medidas tendentes a implementar o seu aproveitamento, pois elas são objecto de um conjunto de medidas que foram expostas no ano de 1980 pelo Governo e apoiadas, no sentido de se promover a fabricação do leite de substituição para vitelos na Região, uma vez que nós consumimos anualmente cerca de 2 500 toneladas importadas, na medida em que as unidades industriais aqui não fabricam este produto.

Pergunta o Sr. Deputado Altino de Melo se o Governo se debruçou já sobre o escoamento da banana uma vez que há abundância deste produto na Ilha de S. Miguel.

O Governo tem vindo através dos seus mecanismos próprios a adquirir esta banana, nomeadamente, através dos serviços de intervenção de mercados, que fazem parte integrante dos serviços agro-pecuários e está na disposição, como já algumas vezes manifestou, de apoiar os agricultores no sentido de eles próprios encontrarem mercados para o escoamento da banana, além do Governo, através dos seus mecanismos próprios, promover a colocação dos excedentes destes produtos nas áreas carecidas na Região.

O Sr. Deputado Frederico Maciel pergunta para quando se prevê a criação da Empresa de Electricidade dos Açores, já aprovada nesta Assembleia, em que fase se encontra a construção da central térmica em S. Jorge, para quando se prevê o início das obras e quais os apoios previstos para a aquisição de novos grupos.

Em relação a estas questões, e quanto à Empresa de Electricidade dos Açores procede-se neste momento à elaboração do seu Decreto Regulamentar, que estará concluído no fim deste ano, de modo a ser discutido pelo Governo no início de 1981.

Quanto à fase em que se encontra a nova Central Térmica da Ilha de S. Jorge, e depois de ter sido cometido às Câmaras Municipais da respectiva ilha a função de elas próprias desencadear todo o processo com vista à construção dessa central, resolveu o Governo chamar a si essa iniciativa, e através da Empresa de Electricidade iniciar a elaboração do projecto com vista à construção da central única de S. Jorge, projecto esse, que está em curso, não podendo neste momento determinar-se a data da sua conclusão nem o início das obras, mas o que lhe posso assegurar é que tão cedo quanto possível, dada a necessidade até de juntar os grupos existentes na Ilha de S. Jorge de modo a se fazer um melhor aproveitamento da sua capacidade de produção. Os apoios previstos para a criação de novos grupos, prende-se certamente com a hipotética escassez de capacidade de produção do grupo existente no Concelho das Velas, e quanto a isso o Governo já providenciou no sentido de ser atribuído, tendo já sido assinada uma Portaria no valor de 2 000 contos aproximadamente para a aquisição do motor que vai apoiar o gerador que estava avariado e que existe na Central Térmica das Velas. Por outro lado, qualquer aquisição de

outro grupo de potência idêntica àquele que se encontra instalado nas Velas, iria levar tempo, além daquele que é o necessário para suprir eventuais falhas que possam haver no fornecimento de energia. Por isso mesmo, a via mais expedita para suprir essas falhas, será fechar o anel da zona norte pondo os dois grupos a trabalhar em paralelo com uma importância que irá aproximadamente aos 4 000 contos ficando muito mais barato e assim aproveitando-se a capacidade disponível dos dois grupos que se encontram instalados na Ilha de S. Jorge.

Quanto à câmara de cura na Ilha de S. Jorge e as razões pelas quais o Plano de 1981 não consagra qualquer verba foi abandonado esse projecto na medida em que, de acordo com os estudos que foram efectuados, optou-se pela instalação de uma central piloto usando as instalações das cooperativas para apoiar a tipificação do queijo de S. Jorge. Neste momento desenvolvem-se esforços no sentido de definir, das duas unidades que foram propostas ao Governo, a localização numa delas, para se adquirir o equipamento conforme foi decidido na reunião do Governo realizada na Ilha de S. Jorge.

Pergunta o Sr. Deputado Fernando Monteiro como se prevê a possibilidade de se fazer a implantação dos núcleos industriais em S. Miguel e Santa Maria, fundamentais para o desenvolvimento das duas ilhas, com uma verba tão insignificante no programa 29.

Direi que a páginas 34 da proposta do Plano se prevê a criação de uma empresa pública, que tenha a seu cargo a instalação das zonas industriais, podendo a mesma recorrer a financiamento a longo prazo, e a verba que se encontra inscrita no Plano, virá tão só dotar essa empresa com o capital necessário para que ela possa desenvolver todas as acções tendentes à implantação desses núcleos, recorrendo, como é evidente, às fontes de financiamento que se mostram mais convenientes na altura própria.

Quanto à possibilidade do saneamento financeiro de todo o sector eléctrico Regional, decorrem neste momento as conversações e que espero estarem concluídas até ao fim do ano, para o saneamento económico e financeiro da Empresa Insular de Electricidade de modo a que esta Empresa e conforme foi determinado por esta Assembleia aquando da aprovação do diploma que criou a Empresa Regional de Electricidade (EDA), possa ser enquadrada numa empresa. Decorrem essas negociações sob a orientação do maior credor da empresa que é o Banco Português do Atlântico, e da parte do Governo têm sido acompanhadas pelas Secretarias respectivas, das Finanças e do Comércio e Indústria, e foi inscrito no Orçamento de 1980 uma verba destinada a aumentar o capital da empresa e em 1981 prevê-se o reforço desse capital, aqui, no Plano.

Depois, pergunta o Sr. Deputado como considera a componente hidroeléctrica participante na crise energética que se avizinha.

Como sabe o Sr. Deputado, a nossa capacidade hidroeléctrica é bastante limitada e neste momento o Governo entende que devem ser efectuados investimentos nesse sector, de modo a aumentar a nossa capacidade, uma vez que qualquer investimento feito a alguns anos atrás não se mostrava economicamente viável com a crise dos combustí-

veis, foram ultrapassados esses condicionalismos, e por isso mesmo está cometida à Empresa Insular de Electricidade o estudo e o aproveitamento desses recursos hidroeléctricos, de modo a que eles possam preencher num futuro, pelo menos as pontas que irão resultar das necessidades de electricidade na Região.

Pergunta ainda o Sr. Deputado como se considera necessário a prospecção geotérmica em duas ilhas vizinhas e tão complementares como são o Pico e o Faial conforme o programa 33.

O próprio programa prevê que se iniciem os estudos de prospecção, e os estudos de prospecção foram considerados para esse conjunto das duas ilhas Faial-Pico, exactamente porque não dispomos de elementos que nos possam habilitar sobre qual delas se situam as maiores potencialidades. Por via disso, e como o estudo é de prospecção, ele vai-nos indicar em qual das ilhas se deve desenvolver os futuros estudos de avaliação já neste sector.

Pergunta o Sr. Deputado sobre a possibilidade de um fomento industrial rápido, controlado e selectivo com base numa política de crédito ordenado.

Eu devo dizer que a posição e a política do Governo Regional aponta para um planeamento meramente indicativo e a selectividade do investimento faz-se de acordo com os incentivos dados a estes próprios investidores, de acordo com a legislação em vigor e até mesmo com as linhas de orientação sobre a prioridade dos investimentos, definida já há muito tempo pelo Governo Regional.

Por isso mesmo, e sendo a nossa posição meramente indicativa, não poderá haver como é evidente, um controlo rígido sobre este assunto.

As pessoas têm uma legislação industrial que lhes permite, dentro dos condicionalismos vigentes, proporem os licenciamentos industriais, são livres de se instalarem numa ou outra área: o que compete ao Governo, é atribuir mais ou menos incentivos, de acordo com as áreas que ele pretende ver desenvolvidas.

Outra pergunta do Sr. Deputado Fernando Monteiro: «Como admitirá uma alternativa à política de abastecimentos conhecida por «stocks mínimos», por um regime de crédito atribuível à iniciativa privada singular ou associada correctamente actuante no comércio Regional?».

O Governo encaminhou-se para a criação dos «stocks mínimos» porque no primeiro ano em que se decidiu apoiar a iniciativa privada mediante o pagamento dos custos financeiros com a imobilização dos stocks, a iniciativa privada não deu resposta conveniente à resolução que o Governo tinha aprovado de modo a que ela não fosse onerada com esses stocks, durante os meses de Novembro a Março do ano seguinte. Por isso mesmo, e porque apenas estava em causa satisfazer as necessidades básicas da população, o Governo decidiu, ele próprio, colocar os stocks nestas ilhas com a participação, naquelas em que é possível, dos próprios comerciantes, cedendo se necessário as suas instalações, de modo a não sobrecarregar o sector público com a criação de estruturas que teriam um aproveitamento mínimo. Tem sido essa a prática que tem vindo a ser seguida, e este ano ela será feita exactamente da mesma forma.

Isto, como intuito do Governo minimizar a sua inter-

venção neste sector, e ela justifica-se apenas nas áreas ainda onde não existem infraestruturas portuárias convenientes para dar resposta às necessidades dos comerciantes, evitando a imobilização exagerada de stocks que não se verificam noutras áreas do Arquipélago, com prejuízo manifesto para os agentes económicos.

Perguntá ainda o Sr. Deputado, o que pensa o Governo da perspectiva da utilização da pedra pomes para os vários fins industriais em vez da sua exportação como matéria prima, depauperante da Região, dum valor acrescentado que tanto carece.

Conhece o Sr. Deputado certamente, que este é um assunto que vem antes da existência do próprio Governo Regional, e são fortes as restrições que o Governo tem procurado impor a esta exploração de uma pedra, porque não se trata de mais do que uma exploração de uma pedra. Quanto ao seu aproveitamento, pois o Governo através do Laboratório de Geociências e Tecnologia dos Açores prossegue com o estudo da utilização da pedra pomes noutros fins, designadamente, na parte da construção. Estes estudos prosseguem e esperamos tê-los concluídos muito em breve de modo a avaliar se devem ou não ser dados passos no sentido de ser utilizada essa matéria prima extractiva, aqui com um valor acrescentado muito maior e com maiores benefícios para a Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Madrugueira Costa: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Responderei em primeiro lugar às perguntas que me foram formuladas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro e que são as seguintes:

Uma primeira, que diz respeito ao planeamento turístico da Região e à situação de Santa Maria.

Encontra-se, para além dos estudos que já foram feitos sobre esta matéria, encontra-se a ser trabalhado na Secretaria pelos serviços respectivos, o trabalho que pretende delimitar zonas de desenvolvimento prioritário do Turismo na Região. Aquando da discussão do programa do Governo nesta Assembleia, e a pergunta da Sra. Deputada Conceição Bettencourt, tive ocasião de referir que em relação a Santa Maria, se encontrava em estudo e está em fase de acabamento, um plano de ordenamento da zona da Praia, plano esse que uma vez terminado será submetido e será entregue à Câmara Municipal de Vila do Porto, de forma a que essa Câmara fique com um instrumento adequado ao melhor aproveitamento e utilização da zona.

Refere a seguir o Sr. Deputado Fernando Monteiro, qual a perspectiva do investimento estrangeiro no sector e o que está a ser feito pela firma «Creusot et Loire».

Em relação aos investimentos estrangeiros no sector do turismo, não tem sido tanto quanto seria para desejar, no entanto, há duas situações concretas: a que se prende com o investimento feito pelo IATH na Região de que a «Creusot et Loire» é apenas a firma adjudicatária da parte de construção civil, e posso informar o Sr. Deputado que neste momento a «Creusot et Loire» já estabeleceu contratos com uma firma empreiteira portuguesa para a construção dos hotéis que pretende construir na Ilha de S. Miguel, concreta-

mente o Hotel de Água D'Alto e das Sete Cidades. Essa firma portuguesa está já a trabalhar na zona de Água D'Alto e portanto este é um investimento que parece ir por diante, no caso concreto de investimentos a realizar noutras ilhas da Região, no caso concreto na Ilha de Santa Maria que parece ser o objectivo da sua pergunta Sr. Deputado, posso dizer-lhe que a Secretaria tem acompanhado da melhor maneira este interesse, e se mais não se tem feito, tem sido por dificuldade dos interessados em apresentar por forma clara a sua intenção de investimento. Houve ocasião de referir esta questão aquando da apresentação do Programa do Governo, a pergunta formulada pela Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro faz duas perguntas que se prendem com problemas de telecomunicações nomeadamente com os telefones.

Sem dúvida que nós estamos numa situação que em matéria de telecomunicações deixa bastante a desejar, sobretudo quando as queremos rápidas e eficazes. Os investimentos neste sector são bastante elevados, sei que neste momento a empresa pública CTT-EP está a proceder ao aumento de canais no eixo Ponta Delgada/Angra/Horta por forma a poder aumentar a sua capacidade neste eixo, e consequentemente irá aumentar a capacidade de ligações com estas ilhas do Grupo Central. No que se refere às questões de uma rede de telefones públicos, tipo rural, tipo telefone de cabine pública nas freguesias, os Correios têm procurado recorrer sempre à instalação desses postos em casas particulares ou estabelecimentos particulares mediante pagamento de algumas taxas. Não sei se encararão de forma satisfatória — pelo menos ir ao encontro do que pretende o Sr. Deputado — a instalação de cabines públicas espalhadas pelas diferentes freguesias, é uma situação que se poderá equacionar em devido tempo.

De qualquer forma gostaria de acrescentar a este respeito que até ao momento não tem sido fácil a ligação do Governo Regional com a empresa pública que tem a seu cargo as telecomunicações, porque não havia nenhuma ligação de ordem funcional e orgânica, e portanto o tipo de informações que circulavam quer por parte do Governo Regional para a empresa quer da empresa para o Governo Regional estavam estabelecidas na base da deferência e na base da delicadeza que existe entre dois organismos públicos que procuram realizar e servir o melhor possível o público. De momento, estão criadas condições para que seja mais fácil o estabelecimento desta ligação, quer mediante a nomeação dum representante da Região para o Conselho Geral da empresa, quer inclusivamente quanto à modificação do organograma dos CTT aqui na Região e a criação naturalmente de um Director Regional que poderá mais facilmente ser o elo de ligação entre a Região e a empresa.

Pergunta o Sr. Deputado Altino de Melo a que se destina a verba que está consignada no Plano a folhas 155 e que se refere ao aeroporto de Ponta Delgada.

É do conhecimento público que o Governo Regional em determinada altura, definiu a chamada «política aérea» da Região, e que nessa altura se estabeleceram alguns princípios entre os quais aquele de que se teria que fazer em S. Miguel um aeroporto que melhor servisse pela sua dimensão

não só a Ilha de S. Miguel mas também a Região. Estes 25 000 contos que aqui se encontram estabelecidos têm em vista proceder e dar-se início aos estudos necessários para levar por diante essa intenção do Governo Regional. São estudos que não são fáceis, são demorados e têm logo de início que ter em conta estudos do ponto de vista da operação numa possível localização do aeroporto, operação essa que deverá ir ao encontro da procura de soluções mais adequadas para os estudos de aproximação a essa localização.

Pergunta o Sr. Deputado Joaquim Ponte, qual a evolução previsível para o projecto relativo ao porto da Praia da Vitória em 1981 considerando que este empreendimento é dotado com uma verba de 25 000 contos.

Em relação a esta situação que é um tanto semelhante àquela que acabei de expôr, é do conhecimento de todos que em certa altura existia elaborado pronto para execução um projecto para a construção de uma infraestrutura portuária na Praia da Vitória que pela sua configuração poderia fazer perigar o aproveitamento mais eficaz daquela baía. Em relação a isso e porque se levantou à volta deste problema alguma celeuma e o Governo Regional reconsiderou a situação, mandou-se elaborar um estudo sobre esta questão da Praia da Vitória, que foi cometido a uma firma americana que o entregou em Julho deste ano. Na base desse estudo foram tomadas orientações que à partida não se poderiam tomar, e em plenário do Governo foi decidido avançar-se para uma situação que correspondendo de imediato às necessidades portuárias da Ilha Terceira, se criasse uma estrutura que de forma alguma viesse impossibilitar a plena e mais eficaz utilização da baía da Praia da Vitória. Nesta situação reconduziu-se todo o problema do porto da Praia da Vitória à sua situação inicial: existia um projecto que foi posto de parte, e por força disto, há na verdade a elaboração de um novo projecto com vista a poder dar-se cumprimento à decisão do Governo.

O que se passa neste momento, e deve estar em fase de acabamento é a elaboração de um programa que possibilite a consulta às firmas da especialidade por forma a poder em tempo oportuno ser adjudicada a elaboração desse projecto, por forma a que se possível no próximo ano seja levado a concurso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evidentemente sou muito sensível nesta questão dos portos porque infelizmente a minha ilha tem a sua capital com o nome de Vila do Porto que é absolutamente anedótico porque deveria ser Vila sem porto, mas isso é outra questão. Quando o ano passado eu vi inscrita uma verba de 100 000 contos para a Praia da Vitória e não vi verba nenhuma para o porto da Ilha de Santa Maria, procurei saber as razões, não porque não seja desejável e necessário que haja um porto na Praia da Vitória, note-se que isto não é uma guerrilha entre ilhas, mas porque não existia nem uma verba inscrita para estudos preliminares. Nessa altura foi-me respondido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, na ausência e por incumbência do Sr. Secretário Regional do Equipamento Social que não pôde ir a essa sessão, as Comissões conjuntas para apreciação do Plano e

Orçamento para 1980, que não havia verba inscrita para Santa Maria porque a NATO ainda não se tinha definido sobre se queria ou não utilizar, possíveis instalações portuárias em Santa Maria. Chegando à Praia da Vitória perguntei a razão de ser daqueles 100 000 contos e foi-me respondido que não se tendo a NATO definido sobre se queria utilizar ou não as instalações portuárias a construir na Praia da Vitória, o Governo Regional tinha avançado com aquela verba para estudo e inclusivamente para o começo do arranque das obras, e então a NATO se quisesse fosse atrás. Quer dizer, as mesmas causas tinham consequências contrárias: porque a NATO não se tinha definido não se fazia em Santa Maria e não se estudava porque não se tinha definido, avançava-se com a Praia da Vitória. Ora tendo já essa verba de 100 000 contos o ano passado sido inscrita, a minha dúvida era esta: É se realmente tinha sido toda ela gasta nesse estudo. Como tinha sido elucidada aquando da minha pergunta que essa verba não era só para estudos mas para começo e arranque já das obras, se alguma coisa foi feita ou se não foi aplicada a totalidade ou nenhuma dessa verba, ou se o projecto meramente encomendado foi pago por conta dessa verba, quer dizer em relação àqueles 100 000 contos; é que realmente projecto sobre projecto com estas verbas um pouco pesadas podem prejudicar os estudos que já poderiam ter sido feitos, numa Região onde há ilhas tão carecidas como por exemplo a nossa, a nossa quanto aos marieenses, a minha ilha, que parece que só vai ter uma verba de 10 000 contos e que será realmente, essa sim, só para estudos preliminares. Era esta a minha dúvida.

Gostava de saber o que foi feito com os 100 000 contos. Se se mudam assim, eu não digo levemente, mas num espaço de tempo tão curto de projectos, como é que é isso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo para responder a estas questões.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Madrugada da Costa. Efectivamente o ano passado quando se elaborou o Orçamento para 1979 estava em poder do Governo Regional e perfeitamente acabado, o projecto da autoria da Empresa Hidrotécnica, projecto esse mandado elaborar ainda pela Direcção Geral dos Portos, projecto que como sabe estabelecia um aproveitamento da baía da Praia da Vitória que pareceu prejudicial ao desenvolvimento não só da Ilha Terceira como da Região, e sobretudo parecia um aproveitamento menos capaz e um aproveitamento sem grande visão do futuro em relação à baía. Posto isto, o Governo tendo em consideração várias propostas que lhe foram chegando, decidiu em devido tempo pedir a uma firma americana que estudasse o problema da construção de um porto na Praia da Vitória, que aproveitando todas as potencialidades da baía estivesse virado para o desenvolvimento desta Região e sobretudo para o futuro, de forma a aproveitar a baía de forma que ela não ficasse comprometida no seu futuro. Esse estudo foi entregue durante o mês de Julho ao Governo, e a partir daí se foram tomando as decisões que levaram o Governo, a ir para uma solução que permitirá fazer construir na Praia da Vitória um porto que de modo algum compromete o futuro aproveitamento daquela baía, e para tanto, inclusivamente estabeleceu e definiu uma área de pro-

tecção para o porto da Praia da Vitória. O que se passou em relação às verbas que estavam consignadas, a Sra. Deputada talvez terá conhecimento pelas diferentes revisões ao Plano que foram feitas nesta Assembleia, a utilização que foi sendo feita das verbas que estavam excedentárias, não no projecto do porto da Praia da Vitória mas no programa de infra-estrutura portuária de um modo geral. Em relação ao caso de Santa Maria, pois este ano está contemplado com uma verba de 10 000 contos, que já estando o Instituto Hidrográfico na posse de todos os elementos necessários para a elaboração do projecto do porto de Santa Maria, naturalmente em Vila do Porto isso irá por diante e não mais iremos estar à espera de definição de quem quer que seja.

Penso que isto terá ido ao encontro da pergunta que a Sra. Deputada me fez.

O Sr. Deputado Manuel de Melo refere-se à verba que está contemplada no programa 39 e que se destina ao porto de Vila do Porto.

Efectivamente está neste programa com vista a poder fazer face à elaboração do projecto do porto de Santa Maria.

O Sr. Deputado Costa Neves faz uma pergunta que se refere às questões que se prendem com a aerogare das Lajes.

No mês de Junho, logo após a definição que foi feita sobre o papel a desempenhar pelo aeroporto das Lajes nas escalas de voos regulares internacionais, se contactou com um arquitecto no caso concreto com o arquitecto que tinha sido responsável pelo aproveitamento do hangar entregue em 1975 à então Junta Geral de Angra do Heroísmo, com vista a elaborar um estudo e um projecto que permitisse o alargamento e a remodelação da aerogare das Lajes.

Contactado esse arquitecto, foi elaborado um contrato com ele. Recordo que em princípios de Julho, por despacho foi delegado no Eng. Encarregado da aerogare das Lajes a possibilidade de outorgar por parte da Secretaria esse contrato, e se os prazos não forem ultrapassados devemos estar a receber o ante-projecto o que possibilitará avançar para a fase do projecto, e dentro de algum tempo termos o projecto acabado, que se refere à remodelação e ampliação das instalações da aerogare das Lajes. Este projecto irá encontrar cobertura financeira no projecto que aí está incluído no programa 40 «infra-estruturas aeroportuárias». Para além deste projecto, que foi mandado elaborar e que diz respeito apenas ao ordenamento físico, remodelação e ampliação da aerogare das Lajes, também se estabeleceram contactos no sentido de se estudar a organização de todos os serviços daquela aerogare.

Esse estudo está cometido à PROFABRIL, e deve iniciar-se muito brevemente.

Pergunta o Sr. Deputado António Silveira se o arranjo dos molhes de defesa das Velas e da Calheta está incluído na construção e melhoramento dos portos.

Eu diria que estes melhoramentos encontrarão expressão neste programa, aliás, já está a ser elaborado um pequeno projecto para a elevação do muro de defesa do molhe das Velas de modo a evitar o mais possível os galgamentos do mar em dias de mau tempo.

O Sr. Deputado David Santos faz uma pergunta relativa às obras do aeródromo do Corvo.

A situação que se tem seguido em relação a este aeródromo é a seguinte: Como sabe os trabalhos deste aeródromo estão a cargo da Engenharia Militar, que não tem um projecto elaborado ao pormenor, tem vindo a realizar essas obras consoante as suas disponibilidades em maquinarias e equipamento e a situação que se tem seguido é a de no início da Primavera, o Engenheiro Encarregado desses trabalhos propõe a utilização de uma determinada verba, à Secretaria. Essa verba, por comodidade e por ser mais fácil a sua utilização, parte dela é administrada directamente pela Secretaria na realização de pagamentos que vão sendo feitos, devidamente justificados pelas requisições feitas pela Engenharia Militar, e por outro lado há uma parte que é posta à disposição da Câmara Municipal do Corvo, para a realização dos pagamentos que forem sendo necessários naquela ilha. Este ano transferiram-se para a Câmara Municipal do Corvo, até a este momento, cerca de 3 000 contos para efeitos de pagamentos desta obra do aeródromo do Corvo.

O Sr. Deputado Frederico Maciel pergunta sobre os moldes em que se irá realizar o apoio ao transporte marítimo.

Como o Sr. Deputado sabe, o apoio ao transporte marítimo até a este momento feito através de financiamentos realizados pelo Orçamento Regional, tem sido praticamente destinado às empresas de iates do Pico, às empresas de iates que têm servido a ilha de Santa Maria; já houve apoio à empresa de lanchas do Pico, e já houve também apoio aos barcos do Pico. É um programa que julgamos ser relativamente modesto mas de qualquer forma, até a esta data, ele tem-se revelado capaz de pelo menos motivar suficientemente os empresários que estão ligados a estes iates, para não abandonarem as suas linhas e o seu trabalho. Penso que tem que se continuar com este tipo de apoio, por forma a que estes pequenos barcos que prestam serviço relevante sobretudo nas ilhas do Grupo Central, não acabe e não se extinga.

Gostaria de acrescentar, e o Sr. Deputado sabe perfeitamente disso, que o transporte que se pretendeu implementar no passado Verão entre a ilha de São Jorge e do Pico por forma a estabelecer ligações 3 vezes por semana entre Velas e São Roque, acabou por não se conseguir levar por diante mediante exigências supõem um pouco supérfluas por parte do proprietário da embarcação, seria suportado no seu entender por este apoio ao transporte marítimo.

Relativamente a esta questão, também faz uma pergunta o Sr. Deputado Fernando Dutra e que se prende com a Empresa de Lanchas do Pico.

Sem dúvida que neste momento a situação da empresa das Lanchas do Pico dado o estado a que algumas das suas lanchas chegou, nos traz alguma preocupação, porque a capacidade de reformular a frota que todos os dias atravessa o canal Faial/Pico por parte dessa empresa, não é talvez a mais capaz e mais brilhante. Temos vindo ultimamente a contactar com a administração da empresa por forma a encontrar uma solução para este problema, porque já não basta apenas substituir as lanchas que neste momento existem por lanchas semelhantes, mas há que pensar nos transportes de ligação Faial/Pico em termos de uma ligação que se vai realizar dentro de algum tempo por um porto, que tem de longe outras condições do que o actual, e permitirá outro

tipo de operação e até outro tipo de transporte.

Em relação aos transportes aéreos, o Sr. Deputado Fernando Dutra pergunta-me se já está aprovado o horário da SATA para o aeroporto do Pico.

Eu diria que ainda é cedo para estar esse horário aprovado, e efectivamente não está. Na devida altura sê-lo-á e então o Sr. Deputado terá conhecimento dele.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social, João Bernardo Rodrigues: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começarei a responder ao Sr. Deputado Fernando Dutra, que me levantou a questão das estradas regionais, das estradas municipais e das estradas vicinais.

Nós temos vindo ao longo dos últimos anos a tentar racionalizar a intervenção no campo das estradas e, respondendo directamente ao Sr. Deputado, diria que nós temos neste momento em preparação um documento que está praticamente concluído e a ser enviado às Câmaras Municipais, que é a classificação das vias existentes na Região.

A partir da aceitação deste documento por parte das Câmaras, que terá que ser negociado nos próximos meses, nessa altura ficará de uma vez por todas esclarecido quem intervirá nas estradas a nível de cada uma das ilhas e a partir daí ficarão devidamente esclarecidos os serviços que deverão intervir a nível Regional e a nível global na resolução das estradas em todas as ilhas.

O Sr. Deputado Costa Neves levantou uma questão muito pertinente, que segundo parece está a levantar uma certa celeuma na Ilha Terceira e que se prende com a via de ligação entre Angra e Praia que tem vindo a constar nos Planos antecedentes e que por obras não se sabe de quem, não aparece no Plano de 1981.

Aparece consignado nas preocupações do Governo a via que liga Angra Praia, só não está consignado em verbas na medida em que com as limitações que todos nós conhecemos para o ano de 1981, com muita pena minha a Secretaria Regional do Equipamento Social não poderá lançar qualquer tipo de obra nova.

Mas considerando, que tanto a via de ligação Angra Praia como também uma via que liga Ponta Delgada Lagoa, são duas obras fundamentais para o futuro desenvolvimento de qualquer uma das zonas em referência, nós estamos neste momento a considerar a hipótese, que nos parece bastante viável, de vir a concluir nas acções comuns da CEE, que como sabe considera para a Região uma verba para determinadas acções que o Governo tem neste momento nos Açores. Acontece que nós temos o projecto desta obra praticamente concluído, não só está devidamente aprovado em pormenor, porque alguns pormenores não estavam em condições.

O Sr. Deputado António Silveira pergunta o que é que o Governo pensa fazer sobre a Caldeira de Santo Cristo.

Como sabem, a Caldeira de Santo Cristo é uma zona bastante característica da Ilha de S. Jorge, e há realmente uma característica muito especial porque ali temos as ameijoas. À semelhança do que tem acontecido com zonas de outras ilhas, temos em preparação, para apresentar muito brevemente a esta Câmara, uma proposta de Decreto Regional considerando a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo como

reserva integral. Posteriormente através de um Decreto Regulamentar serão introduzidas as melhorias e as regras, não só de protecção à Lagoa mas também de regulamentação da apanha da ameijoia.

O Sr. Deputado Joaquim Ponte levanta-me o problema da zona degradada de Santa Rita na Praia da Vitória.

Eu já tive oportunidade de referir nesta Câmara o ano passado que efectivamente o Governo já possui um relatório de pormenor acerca do que se poderá fazer na recuperação integral daquela zona. Acontece que é fundamental ter-se um levantamento fotogramétrico daquela zona e que por via do sismo de 1-1-80 foram desviados outros levantamentos para outras zonas prioritárias, com vista a intervenções urbanísticas, nas zonas sinistradas. Aguardamos que a Força Aérea nos possa fornecer este levantamento, e a partir daí, teremos que efectivamente contactar um gabinete especial para tratar concretamente as acções que a situação exige e que são realmente calamitosas.

O Sr. Deputado Manuel de Melo, de Santa Maria, pergunta para quando o início das obras de remodelação da aerogare do aeroporto de Santa Maria.

Como sabe, o Governo quando esteve em Santa Maria decidiu que assumiria o encargo da remodelação da aerogare. De seguida, encomendou-se um projecto que neste momento já foi entregue à ANA para consideração, uma vez que é uma zona de intervenção da ANA e que não poderá dar-se início às obras sem homologação do dono das instalações que é neste momento a ANA/EP. Entretanto a Secretaria começou já a intervir em parte da aerogare, beneficiando algumas zonas da mesma aerogare.

O Sr. Deputado Frederico Maciel faz uma pergunta muito pertinente e que coincide com uma pergunta do Sr. Deputado Fernando Monteiro e que é o problema da auto-construção e que pela primeira vez vem consignado no Plano para 1981.

O sistema é muito simples, e felizmente para nós já temos uma experiência de como resulta o processo da auto-construção.

O Governo pensa, dos terrenos que já adquiriu e aqueles que ainda tem para adquirir este ano e no próximo ano, introduzir as infraestruturas necessárias, como sejam a água, a luz, os esgotos e os arruamentos e a partir de uma regulamentação que será aprovada nesta Assembleia, no respectivo Decreto Regional que nós temos em preparação, serão cedidos os terrenos às famílias, tendo em consideração o tipo de projecto e o custo das obras e o seu rendimento familiar. Para além da entrega do terreno, estamos a pensar fazer entrega, segundo determinados princípios regulamentados no futuro Decreto Regional de materiais de construção.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro pergunta como se prevê a defesa radical da orla marítima e concretiza perguntando o que se passa na Ribeira Grande.

Acontece que a defesa da orla marítima é um problema que embora a Secretaria tenha vindo a apoiar, é da responsabilidade das Câmaras Municipais na medida que se trata do lançamento de lixo. A Secretaria há uns anos a esta parte, tem vindo a fazer recomendações técnicas e numa altura em que podia ainda financiar as Câmaras, adquiriu uma série de terrenos para se poder fazer aquilo que nós chamamos, o

aterro sanitário.

Felizmente para alguns, este tipo de intervenção tem funcionado particularmente aqui na Horta, e noutros sítios, porque a recolha de lixo é muito cara, não tem funcionado como deve ser. O problema da Ribeira Grande, como sabe, a Secretaria Regional dos Transportes é Turismo, muito recentemente, fez uma intervenção de protecção da zona em causa e tínhamos esperança de que as pessoas tivessem mais respeito no lançamento do lixo, o que não aconteceu. Muito recentemente alertado por um funcionário da S.R.T.T., chamamos a atenção das Câmaras através dos nossos serviços competentes e a Câmara tem tido um certo cuidado. O que se passa com esta, passa-se com o resto das zonas da Região, porque uma vez obtidas as condições indispensáveis para o tratamento do lixo, é necessário que haja uma educação de base das próprias populações e uma consciencialização do perigo que estes depósitos causam para a saúde pública.

Como prevê a Secretaria Regional do Equipamento Social a defesa do património urbanístico, histórico e estético da Região?

Isto é uma intervenção que tem sido feita em conjunto com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, que como sabe, tem uma Direcção Regional específica para estas questões, e a Secretaria Regional do Equipamento Social tem vindo a concretizar através de algumas cooperações concretas, algumas das obras que a Secretaria Regional da Educação e Cultura nos tem pedido. Com o sismo de 1 de Janeiro, nós fizemos uma experiência muito interessante em Angra do Heroísmo e neste momento possuímos um conjunto de fichas que nos dão indicação precisa de cada um dos edifícios de Angra, especialmente da zona histórica, com as suas características por um lado, e por outro, tem também as recomendações na sua construção. Este tipo de ficha vai ser ampliado ao resto da Região, uma vez que será um documento fundamental para impedir alterações ao nosso património actual.

Como prevê a Secretaria Regional do Equipamento Social fazer arrancar o projecto do ordenamento do território?

Como sabe, o ordenamento do território da Região já foi sujeito a uma experiência, quanto a nós muito negativa, na medida em que o gabinete responsável por ele não era capaz de o perceber integralmente. Aliás, não é o primeiro gabinete que não se apercebe da nossa realidade. O ordenamento do território na Região, este ano contamos arrancar definitivamente, mas para isso há determinados elementos básicos que são necessários.

Está já em vias de concretização um protocolo com a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas para começar o processo na Ilha Graciosa, e nesta ilha porque é a única ilha do Arquipélago que possui neste momento a carta de solos, que é um elemento fundamental para o chamado ordenamento físico da Região.

Quando se prevê o plano de urbanização das zonas turísticas, como seja S. Lourenço e outras?

Devo dizer ao Sr. Deputado que o plano de urbanização da Praia em Santa Maria está em vias de ser concluído, e neste momento devemos avançar para outras zonas dos Açores que venham a exigir este tipo de intervenção.

Quanto aos planos de urbanização de um modo geral,

nós estamos a preparar os documentos de pormenor para o lançamento e obtenção de gabinetes que possam concretamente fazer os estudos de urbanização, que são peças fundamentais para o ordenamento físico da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário Regional do Planeamento.

Sub-Secretário Regional do Planeamento, Nunes Liberato: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede-me para esclarecer uma frase referida no Plano e que reconhece a situação de quase pleno emprego que se vive na Região com reflexos no mercado de trabalho e no ritmo de inflação.

Esta referência inclui-se na consideração do Plano como instrumento de política económica e que conduz à perspectiva de não ter sido aconselhável inscrever todos aqueles projectos e programas que considerávamos importantes numa perspectiva sectorial, inscrever é desejável, mas que numa perspectiva global em termos de inflação e de uma articulação em termos de execução, nos pareceu preferível não influir.

As várias Secretarias Regionais têm em carteira diversos projectos que, como disse, consideramos importantes, mas que devido à situação relativa aos investimentos relacionados com a reconstrução nos parece que seria forçar a economia a atingir valores superiores de investimento público. O investimento público tem sido elevado na Região e não parece que deva ser aumentado.

Quanto às questões do Sr. Deputado Martins Goulart, entre a primeira questão refere-se a uma eventual incompatibilidade entre uma referência que fiz na apresentação do Plano, das dificuldades que o Governo tem em apresentar objectivos macro-económicos quantificados, que é uma dificuldade, que explica devido à ausência de contabilidade económica Regional com a referência a um diagnóstico claro da situação económica dos Açores. Não parece que essa incompatibilidade exista, parece-nos possível fazer o tal diagnóstico claro de uma forma qualitativa e que de qualquer forma é menos exigente. Há que distinguir, que fazer um diagnóstico é sempre diferente do que apontar metas quantificadas, que nos parece uma tarefa de muito maior dificuldade face a essa ausência de elementos.

Quanto à articulação inter-sectorial, entre os vários programas, ela é efectivamente estabelecida ao nível do Plano, e não só na sua preparação e elaboração como na sua execução. E, essa execução é acompanhada pelo Governo com relatórios de execução e ao nível da Administração Regional através do seu órgão técnico na matéria, que é a Comissão Técnica de Planeamento Regional, cujo trabalho o Governo pretende reforçar e dar maior relevo.

Uma pergunta relativa à integração Europeia. Eu referirei quando abordar as questões postas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Quanto à questão do fluxo emigratório, efectivamente é uma questão à qual o Governo Regional atribui grande importância. Temos informações relativas ao fluxo emigratório no sentido de ele ter diminuído recentemente, em grande parte por causas exógenas, mas estamos conscientes que é efectivamente um fenómeno muito complexo e que deve ser resolvido pela via do desenvolvimento. Não nos parece

que efectivamente deva haver necessariamente um programa ou uma iniciativa que possa resolver o problema globalmente. Parece-nos que seria de interesse vir a implementar e a estudar o tal projecto que o Sr. Deputado se referia, das migrações internas. No entanto, é um projecto que nos parece de grande vulto e que, neste momento, nos parece mais aconselhável tratar no âmbito do Plano a Médio Prazo e que por outro lado necessita de muitas prudências e cautelas.

Quanto ao sub-emprego, ele existe na realidade, embora não talvez com a dimensão que o Sr. Deputado lhe atribui com a adesão à CEE, o problema irá ser resolvido através de incentivos próprios e que concertiza o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas poderá desenvolver no decorrer do debate.

Uma pergunta do Sr. Deputado, refere-se à espiral inflacionista em conexão com o turismo.

Não creio que o problema se ponha nem sequer a médio prazo. Como sabe as estruturas da Região em matéria de turismo, são infelizmente ainda bastante débeis e não me parece que haja de qualquer forma essa perspectiva. De qualquer modo, a prioridade que o Governo pretende atribuir ao turismo, não é uma prioridade decisiva e de primeira ordem em termos de podermos vir a depender de uma maneira exaustiva do sector do turismo. Parece-nos sim, e eu referi isso na intervenção que fiz, que o turismo é um dos sectores em que a situação económica da Região está muito aquém das suas potencialidades, e aqui importa na prossecução do objectivo de diversificação da economia, desenvolver substancialmente. De qualquer maneira, nunca será ao ponto de pôr problemas no âmbito da inflação.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro faz-me diversas perguntas que equivalem a uma autêntica conferência que eu não irei proferir, gostaria, mas não é o momento, e refere-se à questão da transmissão para o exterior das informações relativas à integração europeia.

Como sabe é um assunto que nos tem preocupado bastante, que aliás já lhe respondi nesta matéria na discussão do Programa do Governo é do conhecimento dos Srs. Deputados em geral que temos desenvolvido diversas acções no sentido de trazer aos Açores personalidades, que nos possam transmitir alguma da sua experiência nesta matéria e temos realizado diversas sessões de esclarecimento sobre esta matéria. Por outro lado, a Câmara de Comércio dos Açores tem participado sucessivamente nas reuniões da Comissão Regional da Integração Europeia e o Governo Regional planeia uma série de incentivos ligados à preparação de adesão às Comunidades Económicas Europeias, nomeadamente, no sentido da intensificação e fomento do associativismo e da melhoria da qualidade dos produtos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Dutra.

Deputado Fernando Dutra (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se neste Assembleia para discussão e aprovação o Plano e o Orçamento para o ano de 1981, apresentado pelo segundo Governo Regional dos Açores em cumprimento do estabelecido nas alíneas j) e l) do artigo 44.º do Estatuto Político Administrativo da nossa Região Autónoma, propostas estas que hão-de servir de base a todas e quais-

quer normas de trabalho em que o Governo vai empenhar-se durante o primeiro ano do seu mandato.

Elaborado já dentro dos princípios orientadores do Plano a Médio Prazo para o próximo quadriénio, o Plano Regional para 1981, começa por inserir em linhas gerais, as grandes opções em que vai o Governo apostar.

Não fora as carências de infraestruturas, encontradas há quatro anos nesta Região pelo primeiro Executivo, o que lhe exigiu grande esforço no investimento público e do qual resultou uma experiência que influenciou não só a feição do presente Plano, mas também obrigará por razões várias já conhecidas, a aplicar-se os dinheiros públicos só no que imprescindivelmente tiver de ser resolvido pelo Governo - dizia não fora estas circunstâncias, que hoje estaríamos concerteza perante melhor situação no que se refere a possibilidade de investimentos. Por outro lado, as consequências do sismo de 1 de Janeiro, que obrigou como se sabe a um indesmentível esforço financeiro do Governo e ainda à prevista adesão de Portugal à CEE influenciaram obviamente a programação de investimentos não só a curto como também a médio prazo. Daí o propósito determinante do Governo em implementar o reforço da unidade regional, que há-de ser obtida por uma melhor articulação das estruturas existentes, simultaneamente com o aproveitamento dos recursos naturais e humanos que a Região dispõe e que, aproveitados com a devida prudência, deverão permitir alcançar-se, quanto antes, as necessidades básicas das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não obstante os motivos que nos levaram a interpelações ao Executivo, logo após a apresentação das propostas agora em debate e que foram motivadas, mais por preocupações de ordem pontual que frequentemente chegam até nós pela população que nos elegeram, temos de concluir que no seu cômputo geral, o Plano evidencia o real conhecimento do Governo nos sectores económicos e sociais e, estamos mesmo em crer que a aplicação do conjunto de medidas nele previstas, vai acentuar uma paragem no processo emigratório regional, mesmo que para tanto haja de motivar-se migrações inter-ilhas.

Embora dos parâmetros gerais do Plano ressalte claramente, como atrás dissemos, a preocupação que o Governo teve de procurar introduzir uma política de contenção nas despesas públicas, que marca já o começo duma austeridade que é imperioso ter-se em conta nos anos mais próximos, devemos realçar que os programas estão elaborados com realismo e demonstram uma preocupação política de desenvolvimento sectorial, e tanto quanto possível harmónica, cujo evidente objectivo é ultrapassar as características de uma sociedade subdesenvolvida que, ainda somos em vários locais recónditos desta Região.

Não nos podemos esquecer que em termos de Governo Próprio, nascemos há quatro anos num berço, até então de poucos conhecido e onde pouco mais havia (à excepção das ilhas que possuem os três maiores centros urbanos) do que próximo de duas centenas e meia de habitantes à espera de quem se decidisse pelo empenhamento deste árduo mas interessante processo que é a Autonomia Regional.

São já volvidos quatro anos e com o desenrolar do tem-

po cresce-nos a esperança de que mesmo aqui, a meio do Atlântico, podemos um dia vir a encontrar uma vida mais digna de que nunca imaginaram aqueles que em tempos partiram à busca de outras terras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se nos debruçarmos sobre as verbas atribuídas ao Plano durante os quatro anos anteriores, bem como à percentagem dispendida nos diversos sectores, vamos concluir que aproximadamente uma média de 63,8% das dotações orçamentais foram consumidas nos sectores sociais e de infraestruturas a par de uma média de 32,5% no mesmo período, dispendida no sector produtivo. Para 81 as percentagens mais elevadas para investimentos estão mais uma vez previstas nos mesmos campos, sendo 30,9% para sociais e 38,6% para infraestruturas. Daqui se conclui que não obstante o esforço que se tem feito, há ainda muito por fazer. Por outro lado, quando se reflecte sobre estes valores, torna-se fácil fazer uma retrospectiva e lembrar o que não existia nesta ilhas quando se criaram as Instituições Regionais de Governo.

Enquanto as percentagens de investimento no sector produtivo forem de menos de um terço das despesas do Plano, dizem alguns que não será fácil melhorar-se o nível económico financeiro das nossas populações. É certamente uma verdade que, não sendo amarga, poderia ser pouco animadora se as atenções do Governo não estivessem voltadas para a constante preocupação de melhorar as condições gerais de vida dos Açorianos. E, essas melhores condições de vida passam por cada açoriano poder vir a ter habitação condigna, água, electricidade, escolas, etc.,

O problema da habitação é geral não só nos Açores mas também em todo o País e até no estrangeiro em países com mais recursos que o nosso. No entanto, estamos em crer que este Plano introduz inovações neste gravíssimo problema, que servirão de incentivo à auto-construção e a cooperativas.

Quanto a electricidade, embora cerca de 90% da população já usufrua deste benefício, diríamos que o índice do consumo diário por habitante é bastante baixo em comparação com o resto do país e dos países da CEE. Embora desde 1975 a esta parte, se tenha estendido esta infra-estrutura apenas a mais 10,3% da população, o Plano afigura-se-nos sobre um aspecto positivo, já que 13,6% da dotação geral vai incidir neste campo.

Outro sector importante e que deixa largas esperanças, já que dele depende grandemente a vida nestas ilhas, é os transportes e comunicações onde o Plano está dotado com 35,9%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem deixar de reconhecer que as propostas em debate não são perfeitas mas que, por razões óbvias também não é possível elaborar e cumprir documentos desta natureza que esgotem as aspirações primárias dos açorianos, justo é acrescentar que as mesmas se apresentam com um equilíbrio razoável pelo que o Grupo Parlamentar do PSD as votará favoravelmente.

Disse:

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Emílio Porto:

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados: Vamos incidir a nossa intervenção sobre o Plano para 1981, e em concreto localizá-lo na Ilha do Pico. Optamos por esta forma, por julgarmos a mais oportuna, deixando para outros, questões também de ilha e de âmbito global da Região.

Vou referir 8 questões:

1ª Ensino particular. Segundo me foi dado notar, nada se encontra relativo ao mesmo. O ensino particular é contemplado na lei vigente, e enquanto assim fôr, há que dotar das verbas essenciais que o coloquem, (quer a nível de alunos, quer de professores), na mesma dimensão do ensino oficial. O Plano é omissivo nesta matéria. No Pico há um externato de Ensino Particular na Vila da Madalena. Como não há qualquer referência a este tipo de ensino, ficamos sem saber em concreto o que acontece neste momento e o que irá de futuro acontecer. E é só o que refiro sobre este ponto.

2ª No programa 4 – Conservação do património escolar – não estão incluídas as fases já concluídas das 2 Escolas Preparatórias da Ilha do Pico. Mesmo tendo em conta, a sua recente construção, pensamos que a sua conservação deve merecer imediata atenção. Um edifício quando começa a ser usado precisa também começar a ser conservado. Se neste orçamento, no caso vertente, já é necessário tomar providências.

Casos flagrantes de: telhas revolvidas, tacos levantados, fechos partidos, fossas saturadas, etc. (uma boa ocasião de reflexão, não haja dúvida, para quantos incumbe a tarefa de fiscalização de obras públicas).

3ª No programa 6 – Defesa e valorização do património cultural – nada se especifica quanto aos móveis e imóveis classificados naquela ilha. Ficamos sem saber quantos são, e o que é pior, ficamos sem saber quais os que merecem uma atenção cuidada imediata neste Plano. (Alguns já foram mencionados em planos anteriores e agora desaparecem). Fala-se depois «da recuperação de actividades artesanais em risco de total desaparecimento». Concerteza que na Região haverá várias. Concordo que se dê uma atenção especial à Olaria do Salto, mas fico triste com a omissão de outras, entre as quais as relacionadas com o osso e o marfim de cachalote. Oxalá isto não seja o prenúncio de as fazer passar à história.

O Museu dos Baleiros é, neste Plano, contemplado. Esperamos que o ano de 1981 seja realmente o ano da sua já tão esperada concretização.

4ª No sector da saúde não irei focar muitos aspectos, e não fora um parágrafo que lá encontrei, talvez nada apontasse. Desde já quero deixar aqui bem clara a minha apreensão sobre o assunto. Tem sido um sector bastante controverso na ilha, não raras vezes isento de imponderabilidade e também de oportunismo. Penso que ainda não será desta vez que os picoenses irão ficar tranquilizados.

Na página 58 do Anexo I (texto aliás que me está a servir de suporte para os meus comentários) fala-se na evacuação de doentes e diz-se a dada altura, o seguinte: «As evacuações são feitas quer dos Hospitais Concelhios para os Hospitais Distritais, quer dos Hospitais distritais para Lisboa. Não há qualquer registo relativo ao transporte marítimo de doentes». Reparem bem: «não há qualquer registo

relativo ao transporte marítimo de doentes».

Ora bem. Todos sabem que isto não pode ser assim. E se tem sido assim, está mal. Os registos têm que existir; ainda existe o canal Pico / Faial e os três Hospitais Concelhios da Ilha do Pico ainda existem. Mais: em 1979 as evacuações para o Faial foram superiores a 200 e no ano em curso este número estará próximo de ser atingido.

Mais ainda: as despesas com estas evacuações tem sido satisfeitas pelos Serviços Oficiais, portanto, custa muito a acreditar que não hajam registos de transporte marítimo de doentes. Mas nesta matéria, vou mais longe: será que o conjunto Faial / Pico é, para este sector, considerado de continuidade geográfica? Esquecem-se as 5 milhas que separam estas duas ilhas? Pretenderão os responsáveis regionais ocultar que a maior parte dos doentes do Hospital da Horta são do Pico? Será que também por esta forma se quer justificar a construção do Hospital da Horta? Porque será então que já neste Plano não aparece a indicação concreta do novo Hospital do Pico? Onde estará finalmente a identidade ilha expressa nos nossos propósitos autonómicos? O que é afinal o cerne de toda a Assembleia Regional? Afinal em que ficamos? Vamos continuar no futuro a atravessar o canal, por tudo e por nada como até aqui? Seria bom que esta matéria fosse, duma vez por todas, clarificada.

5ª O programa 12 trata do apoio aos serviços sociais do funcionalismo regional. É intenção do Governo, como se declara melhorar estes serviços em Angra e Ponta Delgada e instalar uma cantina na Horta.

Começo por ter dúvidas quanto à designação de funcionalismo regional e funcionalismo público. Fico com a impressão que aqui se quer referir apenas aquele funcionalismo directamente dependente do poder regional. Será assim, eu penso que este sector deve ser estendido a toda a Região. Sei que na Ilha do Pico há interesse na criação destes serviços. Lá também existem funcionários regionais. Por isso é de admitir que naquela ilha eles também poderão ser criados. Resta saber o que pensa o Governo sobre esta matéria.

6ª No programa 37 – Estradas Regionais – acho que importa arrancar o mais rapidamente possível com a grande reparação (chamo-lhe reparação e não construção) da estrada Lajes / Piedade. É urgente. Mas é urgente também que se pense no troço Piedade / São Roque. E isto, para já não referir outras reparações importantes (algumas já bastante antigas e objecto de reclamação diária) que importa serem executadas quanto antes ao longo de toda a ilha.

7ª No sector das pescas há motivos para pensarmos em termos pouco animadores. É verdade que está em curso a construção de três portos na Ilha do Pico. É verdade que no futuro poderão ser eficientes no apoio à pesca. Mas é evidente também que não poderão satisfazer cabalmente a curto prazo, todas as potencialidades da ilha, sobretudo no sector da pesca artesanal. A classe piscatória, espalhada por todas as freguesias da ilha, precisa dum maior apoio neste aspecto, mormente na conservação e reparação dos pequenos portos de pesca, aliás já objecto de promessas, por parte de alguns Secretários Regionais anteriores. Penso que é importante uma definição concreta e realista deste aspecto. Falar em pequenos portos em geral, é fácil. Falar de alguns em concreto é mais difícil. Mas é isto precisamente que nós pre-

tendemos. O Plano é também vinculativo, importa não o esquecermos.

Outros aspectos, relacionados com o sector das pescas, merecem-nos também uma atenção especial: refiro-me em primeiro lugar à formação dos jovens que são a garantia dum continuidade plena e eficaz. Todos nós sabemos, e o Plano refere-o, que a nossa população piscatória é velha. Que medidas serão tomadas neste aspecto é o que desconhecemos. O mesmo diria em relação aos apoios previstos ou não quanto a facilidades económicas e financeiras, na aquisição, construção ou melhoramento das pequenas unidades de pesca artesanal. Importa não esquecer que por mais que se queira, a pesca artesanal continuará a ter o seu papel importante na economia regional. Todos sabem disto.

No tocante à construção naval, e segundo o Plano em apreciação, é com pesar que vejo o quase desaparecimento dos tradicionais estaleiros do Pico. Faço este reparo, e penso por vezes se não terá sido este quase o caso, fruto da incúria e do desleixo político intencional daqueles que tem sido e são os responsáveis pelo sector. A ilha do Pico, que sempre tem sido notável nesta área, vê-se assim ultrapassada, condenada a desaparecer, atirada para o passado distante, objecto de relíquia para os outros que hão-de vir.

Assim a terra dos mestres carpinteiros, a terra dos mestres construtores de barcos, que até fizeram figura alta em outras paragens do globo, passará à história. É caso para perguntarmos: que mais nos resta?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Abro aqui um parêntese, para referir um aspecto que aqui, nesta Assembleia, nunca foi referido. É o relacionado com a caça ao cachalote. Todos sabem que esta actividade sempre teve o seu maior empenhamento na Ilha do Pico. É uma actividade artesanal, hoje em declínio, mas que não pode desaparecer. Tenhamos os olhos bem abertos. Doa a quem doer. Importa mantê-la. E por duas razões: a primeira, como actividade económica que é; e a segunda como actividade de interesse turístico. E não pensem que os outros motivos nos movem a frisar este assunto. De alguns anos a esta parte, sou testemunha do interesse que esta actividade desperta a quantos nos visitam. Importa não esquecê-lo.

Que este Plano para 1981 não seja a sentença de morte dos estaleiros do Pico e da caça ao cachalote, é o que espero. Faço esta afirmação no conjuntivo para não correr o risco de usar a certeza do indicativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

8ª Finalmente quero referir-me ao sector dos circuitos.

É dever de qualquer deputado, não deixar passar esta oportunidade sem uma palavra sobre o assunto. Os prejuízos neste aspecto são incalculáveis. Refiro-me ao escoamento do gado vivo. São os grandes compradores de gado que não conseguem escoar o seu gado; são os pequenos lavradores que não sabem como resolver o problema. Em dificuldades estão os primeiros. Em muito piores dificuldades estão os segundos. A iniciativa privada não é capaz de resolver o problema. Os que não estão ligados a ninguém apenas dependem de si, da exploração dos que mais podem, e da indiferença do Governo que apenas lhes diz: «façam cooperativas». Como se fossemos fazer cooperativas todos os dias, para qualquer solução que aparecesse! . . .

Pensamos que assim não deve ser. Se há que dar a mão à iniciativa privada, pois então que esta resolva o problema na totalidade. É o que nós exigimos, já que temos de aceitar a legitimidade dum Governo que opta primeiro pelo sector privado e só depois pelo sector público. De qualquer forma, acho oportuno que este problema seja resolvido de imediato e de forma estável, pelo menos enquanto tivermos que escoar gado vivo, o que — segundo penso — ainda irá durar mais algum tempo. É assunto que deve caminhar para a segurança e estabilidade, e nunca continuar na indefinição e muito menos ao sabor dos ventos. Por outro lado é importante desde já clarificar a célebre questão do matadouro dum vez por todas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muitas outras observações poderia ter feito, mas como não penso ser absoluto (como diz o nosso povo, e como o tempo regimental não é demasiado) apenas referi os que atrás mencionei.

Penso que esta é a altura mais propícia da vida dum Assembleia, como esta, para estes assuntos serem tratados. Não tive a pretensão de dizer mais daquilo que sei. Fi-lo na linha crítica que pareceu ser a mais correcta.

O Governo apresenta o seu Plano. Não desce, como devia, ao concreto. Prefere, na maior parte dos casos, considerar a Região como um todo geograficamente contínuo. Foge muito à realidade ilha: E era esta realidade que eu desejava ver neste Plano. Talvez o faça com um certo receio de compromissos demarcados, para assim poder ter maior maleabilidade na execução dos projectos, de acordo com os dinheiros que forem aparecendo que daqui e de além hão-de surgir.

Não quero com isto dizer que o Governo se tenha de forçosamente meter numa camisa de forças. De qualquer modo a Ilha do Pico espera, mas à partida não pode sentir-se satisfeita.

No que me toca, e por aquilo que represento, não lhe assino o meu cheque totalmente em branco.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Altino de Melo.

Deputado Altino de Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Sub-Secretário Regionais:

Do Plano para 1981, no programa 21, escreveu-se o seguinte:

«O melhoramento do efectivo bovino que se vem efectuando desde há alguns anos, com maior incidência nas Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, tem vindo a aumentar a produtividade e possivelmente a melhorar a competitividade dos nossos recursos».

Na sequência desta opinião vou procurar aqui fazer um balanço desde o início deste melhoramento até à presente data.

Assim a primeira ilha a optar por esta via foi a de São Miguel que importou em 1928, um touro e duas novilhas da América e duas novilhas da Holanda.

Estas aquisições, segundo informações que temos e pelo que temos vindo a constatar, deram óptimos resultados, tanto mais que volvidos 10 anos, precisamente em 1938, a

mesma Ilha voltou a importar da Holanda, um touro e uma novilha.

Assim, por carências de verbas, pois nessas alturas havia muito pouco dinheiro e naturalmente com receio de não resultar, só 10 anos depois ou seja em 1948, novamente foram importados um touro para a mesma ilha, este vindo da Holanda e pela primeira vez um touro e uma novilha para a Ilha do Faial, adquiridos na América.

Até que em 1949 foi a vez da Terceira importar nove bovinos da Inglaterra.

Mais um touro foi importado da América em 1951 para São Miguel e duas novilhas chegam à mesma ilha em 1953 oriundas da Holanda.

É novamente a Ilha do Faial que em três anos seguidos, mais precisamente em 1955, 1956 e 1957, que importa da Holanda, respectivamente, dois touros, três touros e cinco novilhas e um touro.

Pela segunda vez aparece a Ilha Terceira, no ano de 1960, a receber um touro da América, vindo também um da mesma nação e outro da Holanda, para São Miguel, isto em 1961 e 1963. Neste mesmo ano são adquiridos mais dois bovinos para a Ilha Terceira e no ano seguinte, em 1964, chegou à mesma ilha mais catorze, todos oriundos da América.

É a altura de referir aqui que todos estes animais foram adquiridos, ao longo destes anos, pelas extintas Juntas Gerais, para as respectivas Intendências de Pecuária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os agricultores notando os êxitos obtidos com estes cruzamentos, começam no ano de 1968 a interessar-se também pelas importações e é a vez de uma sociedade Micaelense obter na Holanda, 30 novilhas, tendo vindo nesta data mais uma para um outro lavrador.

No mesmo ano uma nova experiência é feita por um lavrador Micaelense que importa da França um touro «charolês» que foi parar a uma zona bastante boa a de Vila Franca do Campo, mas que, apesar de ter sido estabulado e com todos os cuidados precisos falhou. Foi uma experiência que, apesar da boa vontade do seu proprietário não resultou e lhe saiu bastante onerosa.

A última aquisição feita pelos serviços oficiais foi no ano de 1971, que importaram da Holanda, um touro para a Intendência Pecuária de São Miguel.

Neste mesmo ano, surge novamente a iniciativa privada com a aquisição na Holanda, de 15 novilhas para quatro lavradores de São Miguel.

Ainda nesse ano, aparece nova experiência, feita por uma sociedade Micaelense, que importou da Inglaterra dois novilhos e quatro novilhas, de uma raça especial, e que vinha credenciado de enormes potencialidades, tais como, insistência às maiores intempéries, crescimento e engorda rápidos.

Estes animais foram pastar para um zona muito boa da ilha, denominada «Achada das Furnas» mas, apesar de todos os cuidados de que foram rodeados, acabaram por morrer.

Outra experiência bastante cara para os seus adquirentes, mas muito proveitosa em termos de preferência de raças.

Em 1973 é a vez de uns lavradores da Ilha Terceira também começarem a fazer experiências e adquiriram na Holanda, dois touros e 68 novilhas, tendo também vindo neste data e do mesmo país 12 novilhas para um lavrador Micaelense.

Por iniciativa do moribundo PPA, são adquiridas na América no ano de 1976, 261 vitelas para vários lavradores das Ilhas Terceira e Faial e 22 para a de São Miguel.

No mesmo ano um emigrante Micaelense, ao regressar da América à sua terra Natal, traz consigo um touro e três novilhas, vindo um ano mais tarde a importar mais duas novilhas do mesmo país.

E, finalmente, ainda do que temos conhecimento foi nos anos de 1977 e 1979, que dois lavradores Micaelenses, importaram da Holanda e América, respectivamente três touros e um touro.

Acrescentaremos aqui que as experiências feitas nos Açores não foram só com as importações acima referidas, mas também com várias aquisições de sémen proveniente dos dois países acima referidos, Holanda e América, bem como do Canadá, feitas tanto pelas Intendências de Pecuária, bem como por vários lavradores, ao longo de vários anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Analizando a evolução no decorrer de todos estes anos, verifica-se que foram as entidades oficiais as primeiras a abalançarem-se a tais experiências, o que até em certa medida se compreende, pois são elas que possuem os técnicos capazes de seguirem mais de perto tal evolução.

Dado o nosso modesto conhecimento sobre o assunto, mesmo assim, queremos aqui deixar expresso que estas longas experiências foram muito proveitosas, como aliás se salienta no programa, verificando-se nos nossos dias que estes cruzamentos resultaram em pleno.

Assim, tanto na parte leiteira, como na de carne, constata-se que o melhor bovino na Região, tem sido o resultante do cruzamento do americano com o holandês, isto porque se traduz num animal médio em tamanho, fácil de se tratar e com características de robustez próprias para a maior parte das nossas pastagens, que, como é do conhecimento de todos nós, são altas e nada fáceis de pastar, ainda agravadas com a falta de caminhos de penetração capazes e água boa.

Sem querermos errar, estamos em crer em 50% dos lavradores, especialmente das Ilhas de São Miguel e Terceira, que são as mais viradas para a produção leiteira, têm médias por vaca na ordem dos 4 500 litros, nos 365 dias oficiais.

Isto significa que na Região a produção leiteira caminha em bom ritmo, apesar das nossas vacas pastarem durante todo o ano, ao contrário do que se passa em outros países em que as vacas são estabuladas ou semi-estabuladas.

A média leiteira acima referida já não nos envergonha ao contrário da higiene e qualidade que, cada vez mais, necessita de intervenção do Governo Regional, para que possamos entrar em condições normais e viáveis no mercado comum de que tanto se fala.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Assim, vejo com apreensão a exígua verba de 33 500 contos, para a sanidade pecuária, melhoramento animal e

higiene pública veterinária, uma vez que há muito a fazer nestes campos, o que em meu entender, se traduz na maior riqueza da Região, em termos de futuro.

O Governo Regional está a fazer um ótimo trabalho na parte da brucelose, mas em minha opinião, devia também começar ou já devia ter começado a mentalizar e aconselhar os lavradores que ainda possuem bovinos com características rudimentares susceptíveis de pouco rendimento, a abatê-los e substituindo-os por outros com as características apontadas nesta intervenção. Eu bem sei que é muito difícil convencer o nosso povo a desfazer-se daquilo que ele criou e detém com carinho, mas talvez oferecendo-se-lhe um subsídio para o efeito, resultasse.

Note-se que pessoalmente sou contra os subsídios, mas neste caso específico não me repugnava nada, até pelo contrário, porque a tomar-se esta decisão, ganharíamos todos. Ganharia o lavrador, ganharia o Governo e ganharia a Região.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jesuíno Facha.

Deputado Jesuíno Facha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Necessidades prementes nas Flores.

1.º Regularização de Transportes:

Como é sabido, a Ilha das Flores é tradicionalmente agrícola e sempre viveram os seus habitantes da agro-pecuária, embora, desde há anos a esta parte, devido à escassez de mão-de-obra, a sua maior fonte de receita seja a criação de gado bovino. Quando os criadores de gado podiam, em devido tempo, exportar o mesmo para Lisboa na época da engorda completa, ou fosse desde meados de Julho até meados de Novembro, a criação era de facto rendosa e compensadora, mas ultimamente, visto a irregularidade de transportes e ainda o facto dos criadores da ilha estarem sujeitos a terem de vender o seu gado apenas a dois intermediários de negociantes, que então os exportam quando muito bem lhes convém, a criação de bovinos afigura-se bastante decadente. No corrente ano, no mês de Julho a exportação foi insignificante pois havia abundância de pastagem. Ainda em Agosto e princípios de Setembro, os referidos compradores compraram avultado número de reses com a finalidade de serem embarcadas para Lisboa em fins de Setembro o mais tardar, sucedendo porém, que, devido à irregularidade dos transportes, tais reses só vieram a ser exportadas na primeira semana de Novembro. Sabe-se que existem muitas centenas para não dizer milhares, de reses ainda nas Flores aguardando compradores e respectivo embarque. Presentemente os compradores ainda não se manifestaram para comprar gado, sabem que nestes dias a Junta Nacional dos Produtos Pecuários já tinha iniciado o arrolamento para a exportação, mas somente de reses com o peso bruto superior a 360 Kg e, assim, pouco ou nada feito, visto que a maior parte das reses existentes, presentemente para exportação não chegam a ter aquele peso; umas por serem relativamente novas e todas elas por já terem perdido muito peso devido às intempéries havidas na ilha desde Outubro último e à consequente escassez de pastagens, além de que, nesta ilha, há já alguns

anos que não existe para fornecimento, rações de gado bovino, o que então poderia remediar crises desta natureza. Dadas estas circunstâncias, os prejuízos havidos já ascendem a muitos milhares de contos e se não forem tomadas medidas rápidas, tais prejuízos ainda muito mais se farão sentir. Desta forma urge providenciar-se no sentido das instituições oficiais e para tal fim criadas, procederem eficientemente fazendo o escoamento de todas as reses que existem na ilha para exportação e colocando rações de bovinos para fornecimento aos criadores, a fim de evitar-se maiores prejuízos.

2.º Ainda Transportes, mas agora aéreos:

Com a evolução dos tempos e das coisas estão os florenses sujeitos a viajarem entre ilhas, única e simplesmente por via aérea, quer queiram quer não, quer tenham ou não tenham medo de voar. Possuem um aeroporto para aterragem e descolagem de pequenos aviões que escalam esta ilha duas ou três vezes por semana, respectivamente no Inverno e no Verão o que já é muito bom. Aeroporto possuem, mas este com paupérrimas e escassas acomodações para os passageiros que esperam avião. A companhia aero-transportadora tem uma agência de viagens na Vila de Santa Cruz, área onde está situado o aeroporto e, assim, as pessoas que necessitam embarcar, deslocam-se de todas as freguesias da ilha, à Vila de Santa Cruz, uma vez para marcarem passagem, outra vez para saberem se a passagem está ou não confirmada, outra vez para embarcarem e chegarem ao aeroporto com a antecedência necessária para a verificação e pesagem de bagagens e além destas, tantas quantas forem as vezes que os voos são cancelados devido às condições atmosféricas que nesta ilha são quase sempre péssimas.

Julgamos não ser muito exigir-se que aquela companhia transportadora coloque agentes ou correspondentes, já não dizemos em todas as freguesias, mas ao menos, na Vila das Lajes e assim os passageiros do Concelho, que tenham de viajar já podiam ser informados nas suas freguesias de tudo o que sucede à cerca de voos, de passageiros, de cancelamentos, etc.. Assim evitariam as avultadas despesas que por vezes fazem e os dias que perdem relacionados com as viagens aéreas que necessitam fazer.

3.º Especulação:

Além da inflação assustadora que se vem verificando, ao que parece, por todo o Mundo, sofre-se nesta ilha, onde presentemente não há fiscalização, os efeitos duma especulação, por vezes descarada e atrevida, principalmente nos artigos não tabelados. Verificam-se diferenças de preços, de percentagens elevadíssimas, de loja para loja e de freguesia para freguesia. As lojas do comércio que, regra geral, vendem por menores preços são as pequenas lojas de povoações rurais, embora as mercadorias ali cheguem muito mais sobrecarregadas devido aos transportes.

4.º Higiene:

Nos estabelecimentos onde se manipulam substâncias alimentícias, onde se vendem ou se servem as mesmas substância e onde se vendem bebidas a copo, urge também, uma fiscalização rigorosa sobre: limpeza, indumentária, exterminação de moscas, baratas, formigas, etc.. Longe de nós a ideia de pretendermos voltar ao outro regime, mas permitimo-nos a dizer que naquele tempo, em todas as terras havia

entidades encarregadas da fiscalização. Presentemente nas Flores, embora existam dois postos da PSP não temos conhecimento de que os respectivos agentes presentemente exerçam tais fiscalizações.

5º Alcoolismo:

A população das Flores é diminuta, mas talvez, devido a ter melhores condições económicas o número de ébrios aumenta. Comerciantes há que lhes fornecem bebidas alcoólicas e consentem a permanência dos mesmos nos seus estabelecimentos em estado de embriaguês, não nos constando tais abusos transgressões à lei, sejam reprimidas por quem quer que seja.

6º Pescas:

Construiu este Governo na Vila das Lajes uma rede de frio, mas o que se não compreende é porque estando pronta, não começa a comprar peixe e, para fomentá-las pescas, pagar o mesmo após a pesagem.

7. Televisão:

Foram feitos aproximadamente 6 Km de estrada para o Morro Alto, uma casa ou casinhoto, como alguém já lhe chamou, nas medidas exigidas e um posto de 16 metros para ensaios de antena; da nossa parte tudo se fez. Vamos a ver quanto mais tempo nos vão, os responsáveis, enganar com vãs promessas. É preciso não esquecer que a parte Leste das Flores tem muitos dias que se não consegue ver e a parte Sudoeste está totalmente sempre escura sem nada se ver.

8º Porto:

Quando pensa este Governo iniciar o porto nesta ilha?

9º Telefones:

Continuamos a esperar a total automatização dos telefones na esquecida Ilha das Flores onde uns são filhos e outros enteados. Quando os primeiros pagam 2\$50 para falar no seu Concelho e até para a vizinha Ilha do Corvo, os segundos ou sejam, os enteados, pagam 4\$00 por igual período isto quando não é 6\$50 segundo haver várias vezes um mal entendido quando se pede o número à informação.

10º Reparação na Igreja do Mosteiro das Flores:

Teve esta Igreja uma verba da Secretaria do Equipamento Social, julgo que foi orçada por auto-medição no valor de quinhentos e tal contos. Devido à grande subida de materiais e de mão-de-obra que foi gasta, ficando por fazer a instalação eléctrica, pintura dos altares, ferragens para os sinos e sanitárias. Pergunta-se se a futura verba é da dita Secretaria ou da Autarquia Local? Porque achamos que já é tempo de concluir esta reparação.

11º Referente a Médicos:

Na Ilha das Flores a saúde está muito má. Temos um bom Hospital muito bem conservado onde os doentes estão a ser muito bem tratados. Mas o que causa estranheza é a passagem de médicos por lá, como gato por cima de brasas. É pena porque temos tido médicos que o povo apreciou muito por serem muito prestáveis e atenciosos — para não dizer competentes — porque não me acho com competência para analisar pessoas com um grau de instrução distante do meu. Talvez o mal que sentem os ditos médicos naquele hospital está em não quererem receber ordens ou serem mandados por pessoas com um grau de ensino muito inferior ao dos médicos. O que pode vir a acontecer é que qual-

quer dia vem um João Semana que não tenha trabalho noutra terra e nós florentinos teremos que sofrer as consequências.

Médico Dentista:

Não temos nem nas Flores nem no Corvo.

Por favor faz serviço um francês duas vezes por mês mas só durante a indispensável demora do avião Transal.

Para terminar pergunto: Para nós pequenos, médios e desgraçados agricultores, qual a alternativa deste Governo para resolver os casos que apontei.

Tenho a informa que na minha ilha, mais de 60 % da população são pessoas dedicadas à agro-pecuária e na maioria já ultrapassaram os 50 anos como tudo sobe, e só o produto do trabalho dos pobres dedicados à lavoura e às pescas é que desce no seu valor comercial, se tentam produzir muito, não há comprador. É o caso do gado e do peixe.

A pensão de velhice é uma vergonha, digamos, é uma pensão de fome a comparar com a dos funcionários, pois quem é que trabalha mais e sofre a agrura do tempo?

Também considero que são dadas tarde demais, já quando estão com os pés para a cova. Devido ao surto emigratório, os novos partiram quase todos, ficando os velhinhos sem amparo onde isto nos dá muito que pensar e até ouvimos muitos casais dizer: Quem é que vai cuidar de nós quando formos velhinhos.

Acha este Governo que é justo termos que fazê-los sair da sua terra natal ou terá o Asilo da Horta a capacidade para albergar tanta gente?

E digo isto porque me causa muita estranheza não constar no Plano verba destinada para tal fim, para as Flores, quando há vários anos se fala na casa para a 3.ª idade.

Se foi esquecimento deste Governo ou se a responsabilidade é de outra entidade, gostava de ser informado para que possa tratar do assunto tão premente e começar a arranjar solução quanto antes.

Tenho dito.

Presidente: Srs. Deputados estão encerrados os nossos trabalhos de hoje.

Estaremos aqui amanhã às 10.00 horas com a seguinte ordem de trabalhos: Continuação da apreciação das propostas de Orçamento e Plano para 1980.

(Eram 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD — Alvarino Pinheiro, José Miguel Tavares, Mário Freitas; PS — Carlos César)

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD — Carlos Betencourt, José Freitas da Silva, Renato Moura).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Requerimento

— Considerando que na visita do Governo Regional a S. Jorge foram tomadas deliberações de elevado interesse para as populações dessa ilha;

— Considerando a necessidade dos deputados eleitos por esse círculo possuírem um resumo das mesmas para melhor esclarecerem a população;

Requeiro, ao abrigo das normas regimentais, me sejam prestadas, pela Presidência do Governo Regional, as seguintes informações:

- 1 – Resumo das deliberações tomadas em Conselho do Governo Regional aquando da sua visita a S. Jorge.
- 2 – Quantificação das comparticipações concedidas a diversas entidades Jorgenses na mesma data.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

Os Requerentes: *António Frederico Correia Maciel e António José Bettencourt da Silveira.*

Requerimento

- Considerando os elevados custos dos combustíveis, agravados ainda com o conflito Irão e Iraque;
- Considerando a grave crise energética que parece desenvolver-se no horizonte e que afectará não só o País como as restantes nações não produtoras de petróleo;
- Considerando que a poupança de combustíveis será um imperativo para essas nações;
- Considerando que essa poupança deverá começar, por exemplo, pelas entidades públicas;
- Considerando, por outro lado, que a poupança de combustíveis não poderá ser impeditiva duma eficiente fiscalização de obras ou de outras acções a efectuar-se;
- Considerando que não se conhece qualquer obra de vulto a realizar-se pelos Governos Regional ou Central no caminho da Igreja das Manadas;

Requeiro que me sejam fornecidas, nos termos regimentais, através da Presidência do Governo Regional, as seguintes informações:

- 1 – Que acções estão sendo implementadas pelo Governo Regional no dito caminho da Igreja nas Manadas que justifiquem a presença, quase diária, de viaturas oficiais na referida zona.
- 2 – Quais as razões porque essas viaturas se encontram no dito caminho fora das horas normais de serviço e, segundo afirmam as populações, transportando pessoas que não pertencem aos quadros dos serviços respectivos.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

Os Requerentes: *António Frederico Correia Maciel e António José Bettencourt da Silveira.*

Requerimento

- Considerando o elevado efectivo pecuário da Ilha de S. Jorge;
- Considerando a necessidade de combater diversas doenças que atingem esse efectivo (sobressaindo a brucelose);
- Considerando a inexistência de qualquer médico veterinário nessa ilha;

Requeiro, ao abrigo das normas regimentais, as seguintes informações à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas:

- 1 – Está prevista a ida de algum médico veterinário para S. Jorge.
- 2 – Quais as diligências já tomadas nesse sentido.
- 3 – Prevê-se alguma campanha contra a brucelose em S. Jorge.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

O requerente: *António Frederico Correia Maciel.*

Requerimento

- Considerando que uma racionalização nos meios de transporte poderá conter elevados gastos em combustíveis;
- Considerando que no sector da saúde é imprescindível a existência de meios de transporte adequados;

Requeiro, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, me sejam prestadas as seguintes informações pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:

- 1 – Quantidade de ambulâncias entregues a Instituições de S. Jorge desde 1976.
- 2 – Quantidade de outras viaturas entregues para serviço dos Hospitais desde a mesma data.
- 3 – Quantidade de viaturas dos hospitais de S. Jorge transferidas para outros serviços.
- 4 – Quantidade de ambulâncias e outras viaturas do Sector da Saúde e dos Serviços Médico-Sociais operacionais neste momento.
- 5 – Valor da verba dispendida desde 1976 na reparação dessas viaturas por motivo de acidentes.
- 6 – Valor da verba dispendida no ano de 1979 e no corrente ano em aluguer de táxis pelos Serviços Médico-Sociais e Caixa de Previdência.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

Os Requerentes: *António Frederico Correia Maciel e António José Bettencourt da Silveira.*

Requerimento

- Considerando os elevados investimentos efectuados pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas no que concerne à construção de meios de frio em diversas ilhas da Região;

- Considerando a distribuição de viaturas frigoríficas por várias ilhas;

- Considerando o apoio que esses meios e viaturas podem dar quer aos pescadores quer aos consumidores;

Requeiro que me sejam fornecidas, ao abrigo das normas regimentais as seguintes informações:

- 1 – Para quando se prevê, em cada uma das ilhas, a entrada em funcionamento dos meios de frio e respectivas viaturas frigoríficas.
- 2 – Em que moldes funcionarão os referidos meios e viaturas quer em relação aos pescadores, quer aos consumidores e quer ainda em relação a eventuais exportações.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

Os Requerentes: *António Frederico Correia Maciel e António José Bettencourt da Silveira.*

Requerimento

- Considerando a existência de um Fundo de Abastecimentos que subsidia determinados produtos;

- Considerando que esses subsídios se destinam essencialmente a produtos de primeira necessidade;

- Considerando que o leite em natureza, desde algum tempo, não sofre qualquer alteração de preço;

- Considerando que o preço de venda de leite ao públi-

co não é compensador para as cooperativas e para os produtores;

– Considerando que na época invernos esse preço é ainda menos compensador na medida em que a fabricação de um quilo de queijo no Verão necessita em média de 11 litros de leite e no Inverno basta 8 litros de leite;

– Considerando que o leite UHT aumentou sem que o leite em natureza sofresse qualquer aumento no seu preço;

– Considerando que o preço do leite UHT, fora da Ilha de S. Miguel, passou a ser de 28\$00 o litro;

– Considerando que a diferença de 6\$80 /lt. se destina ao pagamento do transporte;

– Considerando o leite UHT uma alternativa ao leite em natureza, sobretudo nas ilhas onde este escasseia;

Requeiro, ao abrigo das normas regimentais, à Secretaria Regional do Comércio e Indústria as seguintes informações:

- 1 – Se está e quando em funcionamento o Fundo Regional de Abastecimentos.
- 2 – Quais os produtos subsidiados directa ou indirectamente pelo Fundo Regional de Abastecimentos.
- 3 – Quais as verbas dispendidas até esta data para cada um dos produtos subsidiados.
- 4 – Se está prevista e para quando alguma subida no preço do leite em natureza.

Horta, 14 de Dezembro de 1980.

Os Requerentes: *António Frederico Correia Maciel e António José Bettencourt da Silveira.*

Cópia do telex, enviado pelo Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, ao Presidente da Assembleia Regional dos Açores: -- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

Assunto: Comentário crítico à Proposta do Plano para 1981:

A distribuição mais uma vez feita à última hora, da Proposta do Plano do Governo Regional, apenas agora nos permite emitir um comentário crítico. Embora tardiamente e sem poder influenciar a discussão que decorrerá na Assembleia Regional, parece-nos de todo importante que responsáveis e público em geral, conheçam a posição da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo relativamente àquele documento, uma vez que será ele o motor de acção governamental no próximo ano.

Nas linhas gerais de orientação do Governo, levanta-se a dúvida quanto à integração dos Açores na CEE, porém, em todo o texto do Plano se vem a verificar que o Governo Regional já optou pela necessidade imperiosa dessa integração. Todavia, em contraste com essa repetida afirmação, não se vislumbra qualquer acção tendente à preparação da economia regional para enfrentar os problemas que naturalmente daí advirão.

A título de exemplo é curioso notar e importante salientar a confissão expressa da intervenção do Governo como canal retalhista, o que, em termos comerciais é profundamente preocupante. Todavia não se encontra qualquer referência ao canal grossista, onde da mesma forma se tem votado uma acção constante em detrimento da iniciativa pri-

vada. Como representantes das actividades económicas envolvidas, lamentamos não ter encontrado já, uma orientação clara do sector responsável, para uma aproximação aos modelos da CEE, tal como repetidamente se afirma. Esta contradição que não é aparente preocupa-nos seriamente porquanto o tipo de intervenção que se continua a propôr é lesiva da livre iniciativa e não terá a virtude de proporcionar as correcções indispensáveis para a aproximação da nossa economia ao figurino europeu.

No que se refere à indústria nota-se a intenção de incentivar a produção e o investimento neste sector. Porém o programa contrasta com a intenção, porquanto o valor insignificante de 22 000 contos é repetido por acções que duvidamos venham a ser postas em prática durante o ano de 1981 e das quais muito pouco poderemos esperar. Na verdade não basta propôr a implantação de núcleos industriais em S. Miguel (14 000 contos) e Terceira (6 000 contos), sem que as verbas propostas de algum modo correspondam às necessidades e possibilitem a obtenção dos efeitos. É por demais evidente não permitirem aqueles montantes o aumento da produção industrial nem o conseqüente crescimento da participação do sector no produto interno bruto. De resto fala-se na criação do parque industrial da Terceira, cuja localização ninguém conhece e a área proposta se ignora. Por outro lado refere-se a criação de incentivos fiscais e de crédito bonificado para o desenvolvimento deste sector. Tal orientação deveria ser acompanhada por uma definição clara de prioridades e sua localização preferencial, porquanto só através de elementos objectivos e claros se poderá concluir da sua viabilidade e correcção das intenções do Governo.

Continua a ser preocupante a indefinição que atrás se refere.

A política portuária apresenta distorções merecedoras de profunda meditação, perante as quais não podemos deixar de temer o futuro próximo. Não nos pode animar apenas a intenção do Governo. Importa sobretudo encontrar as provas dessas intenções. Pretende-se reforçar a unidade regional e para tanto, promove-se a concentração do investimento na Ilha de S. Miguel. Em termos globais esta ilha recebe 40,5% das despesas nos sectores sociais, 32,9% nos sectores produtivos e 20,4% no sector das infraestruturas económicas.

Julga-se absolutamente correcto o investimento proposto para os portos das ilhas mais pequenas, numa diligência de correcção da situação de isolamento em que se têm mantido. Todavia não se compreende nem aceita que ao porto da Praia da Vitória, se dedique uma verba insignificante em nada correspondente às afirmações eleitoralistas do Governo. O porto da Praia da Vitória é indispensável à economia da Ilha Terceira e ao desenvolvimento dos seus sectores económicos. Não poderá a população terceirense continuar à mercê das intempéries, isolada do mundo, tal como aconteceu durante três semanas consecutivas. Há bem pouco tempo é reconhecido pelo Governo que durante o último ano, os navios que aportaram a Angra, tiveram a perda de 95 dias por falta de cais ou pelo estado do mar. Ao ser adiada a solução do porto da Praia da Vitória, está-se não só lesando a econo-

mia regional, como permitindo maiores distorções no desenvolvimento global. A não ser que a intenção do Governo seja claramente a do crescimento explosivo de S. Miguel.

Perante estes factos é-nos possível concluir que as intervenções apresentadas noutros programas não se dirigem minimamente sequer à Ilha Terceira. Nem zona franca, nem parque industrial, nem aeroporto internacional. Das Lajes nem se fala no programa quando se esperava fosse possível a curto prazo, ver ampliada a aerogare, cujo serviço e utilização se vem processando em termos de insuficiência. Mas para o aeroporto de Ponta Delgada surge verba avultada, quando se julgava ainda não haver sequer projecto.

Será que em breve teremos uma nova definição da política aérea?

Melhor seria perguntar-se se o vamos permitir.

Muito próximo dos sectores comercial e industrial, porque motor do seu desenvolvimento, se coloca o da energia. A Ilha Terceira tem lutado com gravíssimos problemas que digo, de abastecimento que de resto foram mais fáceis de prever do que evitar. Estamos caminhando pela negativa. É quando, para defesa dos interesses regionais se deveria promover a rápida instalação do núcleo gerador da Praia da Vitória, o Governo decide dotar aquele projecto com 37 000 contos. Para a rede de distribuição, tão profundamente afectada, reservam-se apenas 6 900 contos.

Isto quererá dizer que vamos andar demasiado devagar e os problemas se vão agudizar de forma profundamente preocupante.

Abstemo-nos de comentar outros sectores, onde as acções propostas nos permitem levantar fortes dúvidas quanto à eficácia da acção governamental. E o mais flagrante reside no sector das pescas, fonte de receita que vai continuar abandonada. Será para os outros...

Quedando-nos no quadro das actividades afectas aos

sectores que representamos, temos de assumir uma posição de coragem e usando a crítica no seu sentido mais positivo. Não podemos de deixar de lamentar a ausência de criatividade administrativa no Plano em apreço. Por isso teremos que perguntar: Açores, que futuro?

O Presidente da Câmara do Comércio de Angra, *José Paim*.

COMISSÃO PERMANENTE DE ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Comissão Permanente de Organização e Legislação, reunida na cidade da Horta em 13 de Dezembro de 1980, para dar parecer sobre a verificação de poderes dos Deputados do Partido Social Democrata, Cinelândia Cogumbreiro e Sousa e José Miguel Tavares e de Carlos Manuel Martins do Vale César do Partido Socialista, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 36º do Regimento da Assembleia Regional, emite o seguinte parecer por unanimidade:

«Examinada a elegibilidade dos candidatos eleitos é de os considerar elegíveis, pelo que se declaram verificados os respectivos poderes».

Horta, 13 de Dezembro de 1980.

O Relator, *Fernando Dutra*.

O Presidente, *Borges de Carvalho*.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Nos termos do artigo 19º do Decreto-Regional 26/80-A, de 18 de Setembro, a Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe o Orçamento da Assembleia para 1981 que consta do mapa anexo.

Horta, 12 de Dezembro de 1980.

O Presidente da Assembleia Regional dos Açores, *Álvaro Monjardino*.

Capítu- los	Arti- gos	Designação da despesa	IMPORTÂNCIAS	
			Por Artigos	Por Capítulos
		DESPEZA		
		CAPÍTULO I		
I		ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES		
		Despesas Correntes		
	1	Remunerações certas e permanentes:		
		1- Pessoal contratado pertencente aos quadros 762.500\$		
		2- Remunerações de pessoal diverso:		
		a) Deputados 9.206.400\$		
		b) Outro pessoal 200.000\$		
		3- Subsídio de férias e de Natal ... 2.870.600\$		
		4- Subsídio de alimentação 150.000\$	13.189.500\$00	

Capítu- los	Arti - gos	Designação da despesa	IMPORTANCIA	
			Por Artigos	Por Capítulos
		Transporte:	13.189.500\$00	
	2	Horas extraordinárias	150.000\$00	
	3	Abonos diversos - Espécie .	50.000\$00	
	4	Prestações directas -Previdência So- cial:		
		1- Abono de família 100.000\$		
		2- Encargos com a Saúde 100.000\$		
		3- Outras prestações directas..... 100.000\$	300.000\$00	
	5	Contribuições para instituições - Pre- vidência Social	100.000\$00	
	6	Vestuário e artigos pessoais - Compen- sação de encargos	100.000\$00	
	7	Deslocações - Compensação de Encargos	10.910.500\$00	
	8	Abonos diversos - Compensação de En- cargos	500.000\$00	
	9	Bens duradouros	50.000\$00	
	10	Bens não duradouros- Combustível	50.000\$00	
	11	Bens não duradouros - Consumo de Se- cretaria	1.000.000\$00	
	12	Bens não duradouros - Outros	50.000\$00	
	13	Aquisição de Serviços - Encargos das Instalações	300.000\$00	
	14	Aquisição de Serviços - Transportes e Comunicações	1.000.000\$00	
	15	Aquisição de Serviços - Locação de Bens	50.000\$00	
	16	Aquisição de Serviços - Não especi- ficados	500.000\$00	28.300.000\$00

Capítu- los	Arti - gos	Designação da despesa	IMPORTÂNCIA	
			Por Artigos	Por Capítulos
		Transporte:		28.500.000\$00
		Despesas de Capital		
	17	Adaptação do Edifício da Assembleia Regional dos Açores	50.000.000\$00	
	18	Investimentos - Maquinaria e Equipamento	1.500.000\$00	
	19	Seguro do Material	500.000\$00	
	20	Seguro do Imóvel	1.000.000\$00	53.000.000\$00
		TOTAL	81.500.000\$00	81.500.000\$00

